

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

DOMINGO CERICATO

**FONTES DE FINANCIAMENTO NAS UNIVERSIDADES DE CARÁTER
CONFESSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**FLORIANÓPOLIS
2006**

Domingo Cericato

**FONTES DE FINANCIAMENTO NAS UNIVERSIDADES DE CARÁTER
CONFSSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Curso de Pós-Graduação em Administração.
Área de concentração em Políticas e Gestão
Universitária.

Orientador: Pedro Antonio de Melo, Dr.

FLORIANÓPOLIS
2006

Domingo Cericato

**FONTES DE FINANCIAMENTO NAS UNIVERSIDADES DE CARÁTER
CONFESSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Políticas e Gestão Universitária do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 22 de setembro de 2006.

Prof. Dr. Rolf Hermann Erdmann
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Pedro Antonio de Melo
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof^a. Dr^a. Amélia Silveira
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

Prof. Dr. Alexandre Marino Costa
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

A DEUS, pela vida, pelo talento e pela capacidade de AMAR.

A JUDITE, minha inseparável companheira, por compartilhar a vida e pela oportunidade de
viver o AMOR.

A FABIANA e GRAZIELA, frutos desse AMOR.

AGRADECIMENTOS

- Aos meus familiares, especialmente minha esposa Judite e minhas filhas Fabiana e Graziela pelo companheirismo irrestrito, pela motivação e incentivo constantes, sem o qual esta pesquisa não seria possível;
- Aos professores do CPGA, Dr. João Benjamim da Cruz Junior, Dr. Antonio César Bornia, Dr. Marcelo Menezes Reis, Dr^a. Eloise Helena Livramento Dellagnello, Dr. Nelson Colossi, Dr. Newton C. A. da Costa Junior, pelos ensinamentos e pelas valiosas contribuições a este trabalho;
- À Universidade Federal de Santa Catarina que por meio do seu Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária – INPEAU disponibilizou os recursos que possibilitaram a realização do presente trabalho;
- Ao Professor Dr. Alexandre Marino Costa, por ter indicado o caminho, por abrir as portas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e pelo prestimoso auxílio na elaboração deste trabalho.
- Agradecimento especial ao orientador Professor Dr. Pedro Antonio de Melo, pela oportunidade concedida, pelas orientações pontuais e precisas e acima de tudo, por ter atuado não como orientador, mas sim como um amigo e companheiro que acreditou que o presente trabalho se tornaria realidade.
- Aos amigos, colegas, e funcionários do CPGA e do INPEAU, pelo carinho e atenção dispensados.
- As Universidades pesquisadas que se dispuseram a responder aos questionários enviados, e desta forma possibilitaram a realização desta pesquisa;
- Finalmente, agradeço a todos que acreditaram na realização deste projeto, e contribuíram à sua maneira, para que meu trabalho se tornasse realidade.

“Limpar a mente não significa ficar em baixo de uma árvore meditando, mas sim compreender que precisamos sair de dentro de nós mesmos para obter conhecimentos valiosos e inovar.”

John Kao

RESUMO

CERICATO, Domingo. **Fontes de Financiamento nas Universidades de Caráter Confessional do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

Orientador: Pedro Antonio de Melo, Dr.

O Financiamento em Instituições de Ensino Superior – IES tem sido um dos temas de estudo de interesse para a gestão universitária. A análise das principais fontes de financiamento em IES de caráter confessional, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, é o objeto deste estudo. Para tanto se faz uma contextualização do ensino superior frente às mudanças impostas pelo processo de globalização e de internacionalização dos mercados e seus reflexos no custo do ensino superior. São abordados aspectos do papel histórico desempenhado pelas universidades no desenvolvimento da sociedade bem como a tipificação das universidades brasileiras. Na questão do financiamento, identificam-se algumas das principais fontes de financiamento disponíveis. Os objetivos traçados para o desenvolvimento deste trabalho foram os de caracterizar as Universidades privadas de caráter confessional em estudo, quanto aos cursos oferecidos, número de alunos, número de professores e funcionários, descrever o processo de planejamento orçamentário, identificar as principais fontes de recursos e comparar as práticas de financiamento utilizadas. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. Trata-se de uma pesquisa exploratória com método quantitativo de levantamento de dados. Os resultados encontrados foram que a principal fonte é proveniente das mensalidades pagas pelos alunos, que há uma dependência cada vez maior destas receitas e que as mensalidades vêm sendo reajustadas em índices superiores aos do Índice de Preços ao Consumidos - IPC. Aponta-se para a necessidade de identificar e implementar novas formas de financiamento para o ensino superior, bem como a necessidade de uma melhor integração da Universidade com o mercado.

Palavras-chave: Financiamento do Ensino Superior; Instituições de Ensino Superior; Diretrizes Orçamentárias.

ABSTRACT

CERICATO, Domingo. Sources of Financing in the Confessional Character Universities of the Rio Grande Do Sul. Dissertation (Administration Master's Degree) – Graduate Studies Program, The Federal University of Santa Catarina in Florianópolis, 2006.

The Financing in Superior Education Institutions - SEI has been one of the subjects of study of interest for the university management. The analysis of main financing sources confessional character SEI located in the state of the Rio Grande Do Sul, is object this study. For in such a way a superior education contextualization becomes front to the changes imposed for the globalization and internationalization process of the markets and its consequences in superior education cost. They are boarded aspects of historical role played by universities in the development to society as well as the Brazilian universities type. In the financing question some of the main available sources of financing are identified. The objective tracings for this work development had been to characterize the confessional character private Universities in study, how much to the offered courses, number of pupils, number of teachers and employees, to describe the process of budgetary planning, to identify the main sources of used resources and to compare the practical ones of financing. Data had been collected by means of structuralized questionnaire with open and closed questions. The research have exploration character with quantitative method data-collection. The results wore the principal source is proceeding from the paid monthly fees for the pupils, whom a dependence has each bigger time of these prescriptions and that the monthly fees come being readjusted in superior indices to Consumed Prices Index . It's pointed with respect to necessity to identify and to implement new financing forms with respect to superior education, as well as necessity of one better integration to University with market.

Key Words: Financing of High Education; Institutions of High Education; Budgetary lines direction.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Cursos Oferecidos.....	60
Gráfico 2 – Número de Alunos.....	61
Gráfico 3 – Fontes de Recursos da Universidade “A”	71
Gráfico 4 – Fontes de Recursos da Universidade “B”	72
Gráfico 5 – Índice de Inadimplência das Universidades.....	74
Gráfico 6 – Índice de Reajuste Aplicado as Mensalidades.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Professores.....	61
Tabela 2 - Número de Funcionários	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Balanço Patrimonial	42
Figura 2 - Modelo de Demonstração dos Resultados do Exercício.....	44
Figura 3 - Modelo de Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos	47
Figura 4 - Modelo de Fluxo de Caixa.....	48
Figura 5 - Localização das Universidades.....	59
Figura 6 - Demonstrações Financeiras Elaboradas.....	63
Figura 7 - Demonstrações Financeiras Publicadas	64
Figura 8 - Instrumentos de Planejamento	64
Figura 9 - Demonstrações Financeiras Projetadas.....	65
Figura 10 - Método Utilizado na Elaboração dos Orçamentos	65
Figura 11 - Orçamentos Elaborados	66
Figura 12 - Participação na Elaboração dos Orçamentos	66
Figura 13 - Finalidade dos Orçamentos	67
Figura 14 - Fontes de Recursos Utilizadas para o Ensino	68
Figura 15 - Fontes de Recursos Utilizadas para a Pesquisa	69
Figura 16 - Fontes de Recursos Utilizadas para Projetos Comunitários	70
Figura 17 - Programas de Crédito Educativo Mantidos pelas Universidades	73
Figura 18- Percentual de Alunos Atendidos com Crédito Educativo.....	73
Figura 19- Índice de Preços ao Consumidos -IPC.....	76
Figura 20- Mecanismos Alternativos para a Captação de Recursos.....	76
Figura 21 : Forma de Escolha dos Projetos de Expansão e Melhoria.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balanço Patrimonial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DLPA	Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPEAU	Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC	Ministério da Educação e do Desporto
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SESu	Secretaria de Educação Superior
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	19
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	19
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO.....	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	21
2.2	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	23
2.2.1	Relações da Universidade com a Sociedade.....	25
2.3	O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR.....	29
2.3.1	Fontes Alternativas de Financiamento.....	33
2.4	SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLE FINANCEIROS.....	37
2.4.1	Planejamento e Orçamento.....	37
2.4.2	Demonstrações Financeiras.....	41
2.4.2.1	Balço Patrimonial.....	41
2.4.2.2	Demonstração do Resultado do Exercício.....	43
2.4.2.3	Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados.....	44
2.4.2.4	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.....	45
2.4.2.5	Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos.....	46
2.4.2.6	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	47
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	49
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	49
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	50
3.3	COLETA DE DADOS.....	50
3.4	DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	51
3.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	52
3.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	53
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	54
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES.....	54
4.1.1	Universidade Católica de Pelotas – UCPEL.....	54
4.1.2	Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.....	55
4.1.3	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.....	55
4.1.4	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS.....	56
4.2	APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	58
4.2.1	Número de Cursos Oferecidos.....	58
4.2.2	Número de Alunos.....	59
4.2.3	Número de Professores.....	59
4.2.4	Número de Funcionários.....	60
4.3	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	61
4.3.1	Demonstrações Financeiras Elaboradas.....	61
4.3.2	Demonstrações Financeiras Publicadas.....	62
4.3.3	Instrumentos de Planejamento a Médio ou Longo Prazo.....	62
4.3.4	Demonstrações Financeiras Projetadas.....	63

4.3.5	Método Utilizado na Elaboração dos Orçamentos.....	63
4.3.6	Orçamentos Elaborados.....	64
4.3.7	Participação na Elaboração dos Orçamentos.....	64
4.3.8	Finalidade do Orçamento.....	65
4.4	FONTES DE FINANCIAMENTO	65
4.4.1	Fontes de recursos Utilizadas para o Ensino.....	66
4.4.2	Fontes de recursos Utilizadas para a Pesquisa.....	67
4.4.3	Fontes de recursos Utilizadas para Projetos Comunitários.....	68
4.4.4	Participação de Cada Fontes de Recursos nas Atividades Gerais da Instituição.....	69
4.4.5	Programas de Crédito Educativo Mantidos.....	71
4.4.6	Percentual de Alunos Atendidos com Crédito Educativo.....	71
4.4.7	Índice de Inadimplência nos Últimos Cinco Anos.....	72
4.4.8	Reajuste Aplicado às Mensalidades nos Últimos Cinco Anos.....	72
4.5	OUTRAS INFORMAÇÕES	74
4.5.1	Mecanismos Alternativos para a Captação de Recursos.....	74
4.5.2	Forma de Escolha dos Projetos de Expansão e Melhoria.....	74
5	CONCLUSÃO	76
5.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5.2	RECOMENDAÇÕES	78
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, onde praticamente desapareceram as fronteiras geofísicas, os negócios se internacionalizaram e as mudanças nos padrões organizacionais tornaram-se mais rápidas. A capacidade de adaptação e inovação das instituições, por sua vez, passam a ser condições fundamentais para que estas possam acompanhar o ritmo de mudanças com a mesma velocidade imposta e exigida por uma nova sociedade inserida num contexto mundial altamente competitivo.

O fenômeno da globalização, segundo Costa, Melo e Cericato (2005), vem transformando o mundo dos negócios, provocando mudanças no ambiente organizacional, onde o mercado e a competitividade exigem das organizações resultados mais eficazes, exigindo o repensar de práticas administrativas. As transformações ocorridas nas organizações e na sociedade, desde o século passado, ensejam que o terceiro milênio se caracterize como um ambiente propício à inovação e a criatividade.

Tachizawa, Cruz Junior e Rocha (2003) prevêem para os próximos anos o surgimento de um novo ambiente competitivo global onde as barreiras de acesso a mercados antes monopolizados, cartelizados e protegidos estão caindo rapidamente e a sociedade caminha em direção a um livre comércio global, baseado principalmente na tecnologia de telecomunicações e na tecnologia da informação.

Esta nova realidade, na visão dos autores, acarretará significativas mudanças para as organizações decorrentes, principalmente, de mudanças no regime de trabalho, ampliação virtual das empresas, surgimento de novos mercados, novos padrões de consumo, novos produtos financeiros e, sobretudo, um crescimento cada vez maior de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (TACHIZAWA, CRUZ JUNIOR E ROCHA, 2003).

Segundo Amaral (1999) os movimentos transformadores andam pari-passo com os movimentos impostos pela sociedade. Diz ainda que, assim como a sociedade cria novos valores, alternando seu *modus vivendi*, também as suas necessidades de consumo se aperfeiçoam, tornando as pessoas mais exigentes para com os bens, produtos e serviços que suprem os seus desejos. O mercado responde com a sua adequação aos tempos, reestruturando-se de forma a corresponder aos anseios da sociedade.

Luz, Melo e Angelo (2005) afirmam que nas últimas décadas, as exigências impostas pela economia de mercado refletiram intensamente na educação em todos os níveis. Para os autores o modelo de sociedade baseado no conhecimento implica investimentos vultosos em educação superior de massa e de qualidade para suprir as demandas requeridas por um mercado fundamentado pela alta tecnologia, pela crescente robotização das fábricas e de processos informatizados, em escalas nem sempre possíveis de serem atendidas pelo atual sistema educacional.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Neste contexto, também as Instituições de Ensino Superior – IES são afetadas, isto é, participam deste processo de transformação, ainda que sem a mesma rapidez de outras organizações. Este processo de transformações está exigindo, também uma nova postura por parte das organizações universitárias, ou seja, uma forma diferente de administrar, inclusive os seus recursos financeiros. Para tanto, é necessário que seus administradores desenvolvam atitudes novas, buscando novas estratégias e novas fontes de financiamento, que dêem sustentação as IES, frente aos novos ventos da mudança (COLOSSI, 2002).

De acordo com Lobo (2004) a questão do financiamento do ensino superior, talvez seja o maior e principal problema do setor privado, que vive de mensalidades e que depende

de alunos com condições de pagá-las e, que não pode conviver, com uma inadimplência contumaz.

Segundo Schwartzman (2004) a experiência internacional mostra – e o caso brasileiro não se constitui numa exceção – que dificilmente uma universidade que tenha padrão de qualidade na graduação, pesquisa, pós-graduação “*stricto-sensu*” e extensão pode se custear, apenas, com a cobrança de mensalidades.

Por estes e outros motivos não menos importantes, as IES vivem em um intenso debate em torno de temas como a carreira docente e sua remuneração, o seu papel no sistema de ensino superior do País e as formas de financiamento. É neste último ponto que se pretende refletir com maior ênfase, identificando as características das IES e a situação dessas organizações na atualidade.

Desta forma, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do conhecimento acerca das organizações universitárias, e mais especificamente no que se refere às formas de financiamento do ensino superior, este estudo levanta a seguinte questão de pesquisa:

Quais as principais fontes de financiamento utilizadas pelas universidades privadas de caráter confessional, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul?

1.2 OBJETIVOS

Segundo Richardson (1989) os objetivos definem, de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. Assim sendo, como forma de nortear os trabalhos, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer e analisar as fontes de financiamento utilizadas pelas universidades privadas de caráter confessional, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar as Universidades privadas de caráter confessional, em estudo, quanto aos cursos oferecidos, número de alunos, número de professores e funcionários;
- b) Descrever o processo de planejamento orçamentário destas Universidades;
- c) Identificar suas principais fontes de recursos financeiros;
- d) Comparar as práticas de financiamento utilizadas pelas Universidades estudadas.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Justifica-se este estudo por atender a tríplice condição de originalidade, importância e viabilidade, definida por Castro (1977), como pré-requisito para a seleção adequada de um tema de pesquisa.

Trata-se de um tema original, pois, segundo Erbano (2003) a obtenção de recursos pelos caminhos tradicionais, ou seja, por meio da cobrança de mensalidades, não vem suprimindo as necessidades financeiras das instituições privadas de ensino superior.

Desta forma, identificar e evidenciar as fontes de recursos financeiros utilizadas para o financiamento das IES confessionais do Rio Grande do Sul, é um trabalho que se reveste da maior relevância, e que se acredita possa contribuir para subsidiar a tomada de decisões por parte dos administradores das IES.

A sua viabilidade fica evidenciada pelos prazos previstos para a sua execução, pela disponibilidade de recursos materiais e pelo suporte fornecido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária – INPEAU, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Além disso, cabe ressaltar o interesse e a experiência do pesquisador adquirida ao longo de sua atuação profissional no Banco do Brasil S.A.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Para facilitar a compreensão da forma como está estruturado o estudo, o presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo contém as considerações básicas referentes ao tema, à temática e o problema que envolve o estudo, bem como os objetivos da pesquisa e sua justificativa.

No segundo capítulo apresenta-se o embasamento teórico necessário onde se analisam as organizações sociais, são abordados aspectos do papel histórico desempenhado pelas universidades no desenvolvimento da sociedade e a tipificação das universidades brasileiras. Na questão do financiamento, identificam-se algumas das principais fontes de financiamento disponíveis e apresenta-se uma síntese dos sistemas de gestão e controle.

O terceiro capítulo mostra a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa.

No quarto capítulo se faz a análise e a interpretação dos dados e das informações obtidas com o presente estudo.

Por fim, o capítulo cinco apresenta as considerações finais e recomendações que encerram o presente trabalho.

As referências do que foi citado no texto integram o presente estudo, bem como os apêndices fazem parte integrante complementando o texto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são caracterizadas as organizações sociais, a tipologia das instituições de ensino superior e especificamente as instituições de ensino superior de caráter confessional. Abordam-se aspectos referentes à relação das instituições de ensino superior com a sociedade, do financiamento do ensino superior, das fontes alternativas de financiamento e, por fim, são definidos os conceitos de planejamento e orçamento bem como são comentadas as principais demonstrações financeiras que podem ser elaboradas pelas IES.

2.1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A qualificação de Organização Social, de acordo com Tachizawa (2002, p. 285), é aquela que é “concedida pelo poder executivo com o objetivo de fomentar e incentivar entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde”. Segundo o autor para uma entidade ser classificada como Organização Social, são necessários alguns requisitos, tais como:

- a) Ter cunho social e coletivo em seus objetivos;
- b) Não objetivar o lucro ou a sua maximização;
- c) Prever em seu estatuto a participação, em seu órgão de deliberação superior, de representante do poder público e membros da comunidade, com notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- d) Seus conselheiros não podem ser remunerados.

Estas organizações enquadram-se no conceito de Terceiro Setor, que segundo Camargo et al. (2002) surgiram para congregar as manifestações heterogêneas de ações de

cunho filantrópico, ligando entidades de diversas naturezas num mesmo contexto ideológico. Para identificar a existência deste Terceiro Setor, os autores que utilizam este termo consideram o Estado como o Primeiro Setor, o mercado como Segundo Setor e o Terceiro Setor como sendo aquele que apresenta características de ambos.

Drucker (2001) afirma que as instituições do terceiro setor são o grande sucesso corporativo nos últimos 50 anos. Para o autor elas são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo.

De acordo com Salamon e Anheier *apud* Zílio (2004) as organizações que fazem parte do Terceiro Setor apresentam as seguintes características:

- a) São estruturadas, isto é, possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente;
- b) Enquadram-se como instituições privadas, ou seja, não possuem vínculo institucional com governos, embora possam dele receber recursos;
- c) Não são distribuidoras de lucros. O lucro porventura gerado deve ser reinvestido e não pode ser distribuído entre seus proprietários e dirigentes.

Drucker (1997) nos mostra que as instituições do terceiro setor fazem algo muito diferente das empresas em geral ou do governo.

Enquanto as empresas caracterizam-se, principalmente, por fornecer bens e serviços aos seus clientes e o governo pelo controle das relações sociais, as instituições do terceiro setor são agentes de mudança humana.

Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em adulto com respeito próprio, com respeito à natureza e aos demais, ou seja, trata-se de uma vida transformada.

2.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Uma IES, segundo Luck (1996) pode ser definida como um organismo social vivo, cujo desempenho se constitui num processo dinâmico e complexo, dependente de múltiplos fatores sociais, políticos e culturais, em interação com seus elementos estruturais e conjunturais.

A Lei 9394, de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior - LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, classifica as instituições de ensino nas seguintes categorias:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (LDB, 1996, art.19).

A mesma Lei 9394/1996 determina que as instituições privadas de ensino superior se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I - Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III - Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a uma orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei (LDB, 1996, art. 20).

As instituições públicas estatais são mantidas e inteiramente financiadas pelo governo federal ou estadual e apresentam como principal característica a sua gratuidade. Nestas instituições, a administração contábil e financeira segue normas padronizadas uma vez que seus recursos são provenientes do orçamento público. Os exemplos clássicos são as universidades federais e estaduais (SAURIN, 2004).

As instituições públicas comunitárias são organizações sem fins lucrativos, e geralmente estão vinculadas a um governo municipal ou a uma fundação. Os alunos pagam pelos cursos, embora possam receber bolsa de estudos e outros auxílios.

Estas organizações geralmente não precisam seguir normas padronizadas de administração contábil e financeira e têm autonomia no processo operacional e no processo decisório. Os exemplos clássicos são as universidades mantidas por uma fundação pública ou privada (SAURIN, 2004).

As instituições privadas confessionais são ligadas a uma ordem religiosa e têm as características de organizações sem fins lucrativos. Estas instituições cobram taxas dos alunos e pelos serviços prestados, embora possam ter alguma subvenção do orçamento público.

Essas organizações têm autonomia no processo contábil, financeiro e decisório. Os exemplos clássicos são a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (SAURIN, 2004).

Já as instituições privadas empresariais são organizações com fins lucrativos, nas quais os alunos precisam pagar seus cursos. Nestas organizações, as normas das atividades contábeis e financeiras são similares a qualquer outra empresa de serviços. Os exemplos clássicos são as universidades particulares e as corporativas (SAURIN, 2004).

Os dados do Censo de Ensino Superior de 2004 mostram que o setor privado é, hoje, responsável por 71,7 % das matrículas no ensino brasileiro de terceiro grau. Este fato, de per si já seria suficiente para ressaltar a importância estratégica deste segmento para a formação dos profissionais brasileiros de nível superior (MEC/INEP, 2005).

No entanto, segundo Lobo (2004) boa parte da sociedade e dos formadores de opinião mantém, ainda que de forma nem sempre explícita, a visão de que o ensino deveria ser de total responsabilidade do Estado, isto é, essencialmente público e gratuito em todos os níveis.

O ensino particular, segundo esta visão, deveria ser minoritário e complementar, tolerável dentro destes limites, mas nunca uma contribuição importante, no presente ou no futuro, para a organização do sistema brasileiro de ensino superior brasileiro.

A política de ensino superior atualmente em vigor, ao mesmo tempo em que pretende aumentar o número de estudantes de terceiro grau, deseja ampliar a qualidade dos cursos e das instituições como um todo, objetivos que são, normalmente, contraditórios.

Para resolver esta difícil equação, a LDB propôs a diversificação do ensino superior, estimulando as instituições a buscarem suas próprias missões, com mais flexibilidade e com custos menores, em média, adequando o conceito de qualidade à missão proposta, desde que esta seja compatível com os propósitos maiores da educação (LOBO, 2004).

2.2.1 Relações da Universidade com a Sociedade

A Universidade é uma instituição milenar que ao longo da história tem se mostrado como uma organização gestora do conhecimento e da cultura universal, podendo ser considerada como uma conquista da civilização, que se consolidou e ganhou legitimidade como instituição por mostrar-se capaz de transmitir e produzir novos conhecimentos (NOVO, 2004).

Historicamente, de acordo com Melo (2002) as universidades tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento e aperfeiçoamento das grandes invenções, geraram ciência e tecnologia que se puseram a serviço da sociedade e conseqüentemente foram responsáveis por mudanças no comportamento do ser humano em sociedade.

No entanto, ao longo da história, as instituições de ensino superior têm se mostrado refratárias às pressões externas e resistem a transformações radicais que as façam sofrer mudanças bruscas. Entretanto, as funções exigidas pela sociedade com relação às universidades vêm sendo alteradas ao longo do tempo, e sempre no sentido de sua expansão (AMARAL, 2003).

Na visão de Moraes (2001) muitos são os fatores do ambiente que geram impactos nas organizações universitárias retirando cada vez mais do seu dia-a-dia a crença pela certeza.

Além de todas as forças que comumente afetam as demais organizações, as universidades passam por dificuldades decorrentes da inércia da própria instituição, da expansão do ensino superior e da intervenção normativa do governo, tanto na sua organização quanto em seu funcionamento.

Para Rossato (1998) a Universidade desempenha um papel social muito relevante e assim como a sociedade muda, também se transforma e muda e vai adquirindo novas formas e funções, sendo que, segundo o autor, esta capacidade de adaptação e mudança é uma das principais causas de sua sobrevivência ao longo do tempo.

Nos dias atuais, o grau de complexidade das atividades desenvolvidas pela instituição universitária, adquire proporções inimagináveis para uma parcela significativa da população, que se acostumou, ao longo do tempo, a enxergar apenas uma das suas funções mais visíveis que é a de formadora de recursos humanos para o mercado de trabalho. Panizzi *apud* Novo (2004) , reconhece a relevância da função universitária referente à formação de profissionais, mas considera esta atividade apenas uma, entre as tantas desempenhadas pela instituição, e argumenta que, ao produzir conhecimento, ciência, tecnologia, arte, cultura, identidade, riqueza material e valores, não está beneficiando apenas o diplomado, mas a sociedade como um todo.

A este respeito, Yunus (2000) afirma que a existência da universidade está em função dos benefícios sociais que essa instituição deve trazer à comunidade onde está inserida e que a universidade, hoje mais do que em qualquer tempo, não pode ser uma torre de marfim onde intelectuais se deixam embriagar com o conhecimento sem compartilhá-lo com a sociedade.

Segundo Rossato (1998) a instituição universitária evoluiu muito no século XX, sendo inegável sua importância no campo do saber, da ciência e contribuição na evolução da humanidade, e que jamais ocupou um lugar tão importante e atingiu tantos milhões de

peças, tornando-se passagem obrigatória para praticamente todas as gerações que dirigem o mundo.

No Brasil, a experiência universitária, se comparada aos demais países é bastante recente, visto que as mais antigas universidades brasileiras ainda não completaram um século de existência, no entanto, segundo Novo (2004), apesar do pouco tempo a educação superior tem dado uma contribuição de grande importância para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

Embora seja um procedimento comum em outros países, principalmente nos mais desenvolvidos, a integração universidade-empresa ainda não é uma prática corriqueira em nossa cultura acadêmica.

Diversos fatores contribuem para gerar preconceitos e desconfiança mútua entre ambas. As diferenças entre os dois segmentos envolvem sérios conflitos de objetivos, constituindo-se em barreiras que dificultam a transferência dos recursos privados tão necessários à manutenção das universidades na atual conjuntura (SILVEIRA, 2005).

O conhecimento universal, sobretudo nas áreas científica e tecnológica, especialmente nos últimos 20 anos, tem gerado mais conhecimento do que os períodos que marcaram o restante da história da humanidade. Assim, a adaptação às mudanças exigidas pelo mercado enseja, certamente, uma reflexão profunda, tendo em vista a perenidade dessas instituições ao longo dos séculos e os modismos circunstanciais e efêmeros.

Portanto, independentemente da diversidade dos objetivos específicos da academia e da empresa, estas não devem impedir sua aproximação. Ao contrário, é preciso identificar os pontos convergentes, a fim de se estabelecer um campo de ação comum entre os dois setores.

É inegável que o processo de cooperação entre a universidade e o segmento empresarial, traz uma série de benefícios econômicos e sociais não apenas para as partes envolvidas, mas para todo o país.

Pelo lado da universidade, ajuda a formar estudantes e professores melhores, pois permite maior interação com a sociedade, ao mesmo tempo em que é impulsionada a realizar novas pesquisas e disponibilizar os conhecimentos a indústria para que essa possa desenvolver e inovar tecnologias; Para o setor produtivo, é uma oportunidade de quebrar os tabus cultivados pelo distanciamento ideológico e sobretudo, perceber a universidade como uma companheira capaz de minimizar as distâncias tecnológicas entre empresas brasileiras e estrangeiras, fortalecer a competitividade beneficiando diretamente a sociedade e permitindo ao país inserir-se no mercado internacional; Por sua vez para o Estado a cooperação representa uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local, pois ao mesmo tempo em que serve para gerar novos conhecimentos contribui sobremaneira na conquista da soberania nacional, permitindo ao país economia de divisas na substituição de produtos importados, além de contribuir na geração de novos empregos e no aumento da arrecadação de impostos (MELO, 2002).

Mesmo com tantas possibilidades, observa-se que, apesar de trazer inúmeros benefícios tanto para a Universidade, quanto para o segmento empresarial e para a sociedade, que a cooperação da Universidade com a Sociedade conta com poucos incentivos governamentais, e parece estar ocorrendo mais por iniciativa da Universidade do que por demandas do setor empresarial ou por incentivo governamental.

Para Silveira (2005) os setores empresariais brasileiros fundamentados em um modelo de substituição de importação e desacostumados em ver no desenvolvimento tecnológico um fator essencial para a competitividade, não se preocuparam com a inovação tecnológica e investiram muito pouco em pesquisas e desenvolvimento, não estando ainda habituados a verem, no desenvolvimento tecnológico, seu maior aliado para enfrentarem a competitividade.

Assim, se pelo lado acadêmico há o medo do desconforto que supostamente a parceria pode trazer, pelo lado empresarial há o desconhecimento do potencial e possibilidades

tecnológicas desenvolvidas na universidade, seja pela falta de intimidade com o mundo acadêmico, seja pelo distanciamento natural cultivado durante séculos entre as partes e, portanto há a necessidade de se criar mecanismos capazes de medir o valor acadêmico agregado pelos projetos oriundos da cooperação.

O estreitamento dos laços entre a universidade e o setor produtivo projeta-se no cenário educacional nacional como um caminho sem retrocesso. Se para o segmento empresarial, é uma oportunidade de melhorar seus processos, produtos e serviços, para a Universidade apresenta-se não apenas como uma oportunidade de a instituição minimizar um de seus problemas mais emergenciais, a falta de recursos financeiros, mas, principalmente, transformar-se em oportunidade de estreitar relações com o meio empresarial, contribuindo para o desenvolvimento de novas pesquisas, na melhoria de suas instalações físicas e num melhor contato dos alunos com a sociedade empresarial.

2.3 O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

A Constituição Federal - CF de 1988 assegurou no seu Capítulo III, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, no artigo 205 que, “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 211, do mesmo Capítulo, §1º assegura que “a União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória”. No artigo 212 ficou estabelecido que, “a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita

resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. (CF, 1988, p. 137-140).

A LDB reafirma, em seu artigo 54, que “as universidades mantidas pelo poder Público gozarão, na forma da lei de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”. E, no artigo 55 fica assegurado que “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (LDB, 1996).

Numa primeira visão, tem-se a impressão que os recursos destinados à educação são significativos, entretanto, quando se faz uma análise comparativa com outros países, na mesma área, percebe-se que ainda há muito que fazer. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO de 1998 e Banco Mundial em 1999, que de acordo com Ristoff (1999) demonstram que o campeão em investimento nessa área é a Suécia. Esse país investe cerca de 2.200 dólares/habitante, seguida pela Suíça, com aplicações da ordem de 2.100 dólares/habitante/ano. Para não ficar apenas nos extremos, cita o caso dos EUA, Canadá, Japão Austrália, França, Alemanha, entre outros, com investimento em torno de 1.500 dólares/habitante/ano. Na ponta extrema encontram-se países como Argentina, Brasil e México, aplicando cerca de 200 dólares/habitante/ano.

Bruneforth, Motivans e Zhang (2004) em um estudo sobre 16 países de economia emergente, patrocinado pela UNESCO e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, chegam à conclusão de que nas duas últimas décadas os investimentos em capital humano podem ter contribuído com 0,5% para a taxa de crescimento anual desses países.

O relatório confirma que a educação não só aumenta a riqueza nacional como traz vantagens para os indivíduos, o que naturalmente não surpreende. As pessoas que têm mais tempo de estudo se dão muito melhor no mercado de trabalho: são maiores as suas possibilidades de conseguir e manter um emprego, e quanto mais títulos têm, mais ganham.

Na Indonésia, por exemplo, os homens que chegaram ao nível terciário ganham em média 82% mais do que aqueles que só têm um diploma secundário. No Paraguai, essa diferença chega a 300%.

Entretanto a Constituição Federal através do artigo 213 veda a alocação de recursos públicos para as instituições privadas de ensino, com exceção para as confessionais, comunitárias e filantrópicas. Excetuam-se, também, os recursos destinados à pesquisa e extensão.

O financiamento institucional brasileiro reúne as organizações estatais ou paraestatais que atuam no apoio a expansão e modernização de infra-estrutura e no fomento a pesquisa. Entre as principais fontes institucionais estão o BNDES e a Finep.

O BNDES, por meio de seu Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, possibilita as IES obterem financiamento para projetos de investimento que visem à ampliação e modernização das instalações e equipamentos das universidades.

Já a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e atua principalmente com ênfase voltada para projetos de inovação tecnológica capazes de conferir maior competitividade aos diversos setores econômicos do país.

Outros organismos de fomento a pesquisa, tais como CNPq, Capes, Fapesp, Faperj tem sua atuação voltada ao fomento à pesquisa e na formação de recursos humanos voltados para as atividades de ciência e tecnologia. Sua atuação tem se dado, principalmente, por meio

de bolsas de estudo destinadas aos pesquisadores, nos programas de mestrado e doutorado, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

As instituições privadas de ensino superior, que de um modo geral, estão mais voltadas para o ensino da graduação, possuem poucas alternativas para financiamento dos seus gastos. O custeio, nestas instituições, tem sido tradicionalmente efetuado por meio da cobrança de mensalidades dos alunos.

Dados do Censo do Ensino Superior do ano de 2004, divulgados pelo MEC/INEP, em 2005 mostram que nas instituições privadas as receitas provenientes das anuidades pagas pelos alunos atingem o índice de 92,55 % (MEC/INEP, 2005).

Apenas para ilustrar, e sem o intuito de comparar – até mesmo porque as realidades são distintas - uma análise dos relatórios financeiros de duas importantes universidades dos Estados Unidos, a *Yale University* e *Stanford University* mostram que este índice representou 12 % do total das receitas auferidas por estas instituições em 2003.

A propósito, os dados do Censo do Ensino Superior de 2004, mostram que o setor privado ofereceu 2.011.929 (86,7%) das 2.320.421 vagas oferecidas na educação superior, sendo que o ingresso no setor privado foi de 1.015.868 (50,5%) estudantes, ficando ociosas praticamente a metade das vagas oferecidas, ao passo que no setor público federal, como nos anos anteriores, o percentual de vagas ociosas é bastante pequeno (menos de 1%). (MEC/INEP, 2005).

Uma análise superficial destes dados parece corroborar com os questionamentos de Amaral (2003) sobre o fato de que as famílias brasileiras estariam atingindo o limite de sua capacidade de pagamento das mensalidades do ensino superior privado.

2.3.1 Fontes Alternativas de Financiamento

A busca de alternativas para o financiamento da educação superior, parece estar a indicar um caminho, especialmente para as instituições privadas, que necessitam conciliar a tarefa de oferecer um ensino de qualidade a um custo que possa ser suportado pelas famílias brasileiras. A propósito, esta necessidade já vinha sendo apontada por Vahl (1980) em estudo sobre o financiamento do ensino superior no Brasil, que mostrava a necessidade das IES buscarem novas fontes alternativas de financiamento.

As possíveis fontes de financiamento para o ensino superior, segundo Vahl (1992) podem ser classificadas de acordo com a origem dos recursos: recursos públicos, recursos privados públicos e privados combinados e recursos especiais.

- **Recursos públicos**

Fonte tradicional de financiamento da educação superior que vem sofrendo sérias restrições. Sendo, segundo Vahl (1992) existentes três formas dos recursos públicos chegarem às instituições de ensino superior:

A primeira é a contribuição direta para as IES, com o objetivo de cobrir parte de seus gastos, representando então uma parcela do orçamento nacional global. A segunda forma seria pelo financiamento para programas específicos, com a destinação de determinados impostos para tal fim. Uma última forma de materializar aportes de recursos públicos para as IES seriam os programas de assistência direta aos estudantes, como bolsas de estudo, auxílio habitação, auxílio alimentação, livros e material didático (ZILIO, 2004).

- **Recursos privados**

Dentre as diferentes formas para o financiamento da educação superior, provenientes de recursos privados, podemos destacar:

- a) Cobrança de Matrículas e Anuidades – Os próprios estudantes pagam de acordo com as disciplinas que irão cursar.

- b) Venda de Serviços – Prestação de serviços que possibilita a geração de recursos para a IES e contribui para o desenvolvimento acadêmico.
- c) Financiamento Estudantil – O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não tem condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e que possuam avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Este Programa financia até 70% do valor da semestralidade escolar, sendo permitido ao estudante reduzi-lo, passando o novo percentual a ser considerado o máximo financiável nos semestres seguintes.
- d) ProUni – Programa Universidade para Todos – Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem por objetivo possibilitar o acesso de jovens de baixa renda à educação superior. Sua finalidade é a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção dos seguintes tributos àquelas que aderirem ao Programa:
- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.
 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
 - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
 - Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

e) Entidades Privadas - Para Sabbag (2003) são nas entidades privadas, que reside uma das melhores oportunidades para as IES atualmente. Este conjunto é formado de Fundos de Pensão e de Investimentos, que têm por objetivo a remuneração de seu capital.

No mercado financeiro soluções muito criativas têm surgido nos últimos anos para

implementar estratégias mais adequadas ao perfil e as necessidades de cada instituição, e que podem representar excelentes oportunidades para a IES. Dentre outras, Sabbag (2003) aponta duas que são: os fundos imobiliários e a securitização de recebíveis.

Os fundos imobiliários foram amplamente utilizados pelos bancos, para se desmobilizarem sem interromper suas operações. Os ativos imobilizados, como os prédios da instituição, são vendidos a um fundo de investimento, que os realoca a instituição; Já a securitização de recebíveis é uma alternativa basicamente de compra a vista, mediante um desconto, dos fluxos futuros de receitas da instituição.

- **Recursos mistos**

Englobando Recursos Públicos e Privados:

- a) Imposto sobre Atividades Profissionais – Criação de um imposto sobre atividades profissionais, que consistiria de uma taxa específica com destino as IES específica ao qual o profissional estudou. Caracteriza-se como mista porque a lei gera um fundo público, que por sua vez é arrecadado dos profissionais no exercício de suas atividades, sendo então recursos privados (ZILIO, 2004).
- b) Imposto especial a Empresas – Criação de um imposto especial sobre a renda das empresas onde trabalham os profissionais egressos do ensino superior.

- **Recursos/Aportes especiais**

Os principais compositores destes aportes são as isenções tributárias, as doações, a cooperação internacional, os rendimentos do mercado financeiro e as parcerias com o segmento empresarial:

- a) Isenções – isenções tributárias que em alguns países podem ser deduzidas do imposto de renda até certo limite.
- b) Doações – Uma importante fonte de receitas das Universidades dos países desenvolvidos são os patrocínios e as doações de ex-alunos, as quais representam uma parcela substancial de recursos para as universidades (no caso

da *Stanford University*, dos Estados Unidos esta parcela representa aproximadamente 37 % de suas receitas). No Brasil, estas práticas ainda se constituem de fatos raros e necessitam ser mais bem exploradas pelos gestores das IES, quer seja na busca de patrocínios para as suas ações, bem como na melhoria do relacionamento com os ex-alunos, que via de regra, tem o seu vínculo com a instituição rompido no dia da formatura. É uma questão cultural, sem expectativas de mudança a curto prazo.

- c) Cooperação Internacional – essa cooperação de acordo com François apud Vahl (1992) se manifesta de duas formas, por meio de envio de recursos financeiros ou pelo envio de pessoal docente, técnicos e especialistas.
- d) Mercado Financeiro – Trata-se de aplicar no mercado financeiro os excedentes de curto e médio prazo que se produzem visando obter rendimentos que se transformam em novos ingressos para a instituição.
- e) Parcerias com o segmento empresarial - Melo (2002) afirma que as universidades brasileiras não terão outro caminho senão o de incrementar cada vez mais a cooperação com o com o segmento empresarial, buscando encontrar mecanismos facilitadores que viabilizem uma cooperação que resulte em benefícios tanto para as instituições de ensino superior quanto para as empresas e para a sociedade em geral. Estas parcerias poderiam propiciar as IES privadas, a possibilidade de maiores recursos investidos, principalmente em pesquisa, que no futuro, poderiam resultar em fonte de recursos para as mesmas, por meio da cobrança de *royalties*, sobre os resultados alcançados. No entanto, o autor alerta para a atenção que deve ser dedicada aos aspectos legais e sociais desta parceria, principalmente por envolver questões muito sérias, como a propriedade intelectual e missão da universidade.

Outras opções, tais como a implantação de parques tecnológicos, de incubadoras de base tecnológica e empresarial, de centros de pesquisas, seriam apenas algumas das múltiplas opções que poderiam vir a ser financiadas pela iniciativa privada, desde que haja uma boa cooperação e integração entre as instituições de ensino e a sociedade.

Portanto, segundo Sabbag (2003) alternativas de financiamento existem e não são poucas, dando oportunidades para todas as entidades. O primordial é que as instituições de ensino superior estejam bem assessoradas para poder resolver seus problemas de recursos da forma mais adequada ao seu perfil e às suas possibilidades, explorando com sua assessoria o leque de opções e sua relação custo–benefício, para não se frustrar no processo, nem deixar de investir e crescer por falta de alternativas.

2.4 SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLES FINANCEIROS

Aborda-se, neste item, os principais sistemas de gestão e de controle financeiros de uma organização, nos quais se encontram os sistemas orçamentários e os sistemas de custeio, de modo a estabelecer, através das bases teóricas, seus alcances e suas limitações.

2.4.1 Planejamento e Orçamento

Segundo Zílio (2004) a universidade move-se num ambiente turbulento e dinâmico, tornando-se imprescindível a elaboração de um sólido planejamento visando a sua sobrevivência.

Conforme Gitman (2002) o planejamento representa a parte essencial da estratégia financeira de qualquer empresa. Segundo o autor os instrumentos de planejamento representados pelos demonstrativos projetados e pelos orçamentos de caixa propiciam um mapa para conduzir as empresas na direção de seus objetivos.

Para Rocha (1985) o planejamento é a função administrativa capaz de determinar antecipadamente o que deverá ser feito sendo importante fixarem-se os fatores “tempo” e “recursos” para que o planejamento se realize antes de iniciar a ação propriamente dita.

De acordo com Lunkes (2003) o planejamento pode ser dividido em três tipos distintos: planejamento estratégico, tático e operacional.

O planejamento estratégico é elaborado para um período longo de tempo, normalmente de cinco ou mais anos. Serve para os gestores indicarem a direção e o curso que a empresa tomará nos próximos anos, bem como traçar as estratégias para alcançar os objetivos estabelecidos. Representa o instrumento através do qual cenários futuros são antecipados e oportunidades e ameaças são identificadas (LUNKES, 2003).

O planejamento tático proporciona aos gestores objetivos quantitativos mensuráveis, que deverão ser alcançados pela empresa. O produto obtido é um conjunto de diretrizes estratégicas que se destina a escolher os meios pelos quais se tentará atingir os objetivos especificados (LUNKES, 2003).

Já por sua vez, o planejamento operacional tem por função indicar como devem ser administradas as operações do dia-a-dia por meio de planos detalhados para as operações, acompanhadas da previsão de seus reflexos financeiros. Os resultados mais importantes incluem inúmeros orçamentos operacionais, o orçamento de caixa e demonstrações financeiras projetadas (LUNKES, 2003; GITMAN, 2002).

Segundo Amaral (1999) partindo-se dos pressupostos de que o orçamento tem por objetivo planejar, coordenar e controlar a gestão administrativa de uma organização deduz-se que o orçamento decorre da estratégia da empresa e elucida, com maior grau de detalhe, os números e valores correspondentes através de um conjunto ordenado de quadros relativos a certas datas ou intervalos futuros de tempo que integram e combinam dados de vendas, produção, estoques, custos, despesas e investimentos.

De acordo com Sanvicente (1995) a elaboração do orçamento, a cada período de doze meses, representa o detalhamento das políticas, metas e condições esperadas das atividades da empresa nesse período de doze meses, nos seus aspectos de operações e movimento de caixa.

No entender de Welsch (1983) o orçamento nada mais é do que o planejamento e controle de resultados. Para o autor, os planos de longos prazos e os orçamentos anuais devem incluir os programas administrativos para aumento e reduções de instalações, obras civis, equipamentos, reformas, substituições e outras decisões que exijam o dispêndio de recursos financeiros. O autor conclui que um dos aspectos mais importantes da utilização do orçamento é o princípio da flexibilidade e que a sua utilização é absolutamente essencial e tende a aumentar a probabilidade de que os objetivos estabelecidos sejam alcançados ou superados.

Observando-se as diversas contribuições, verifica-se que não há uma convergência de opiniões dos autores acerca dos aspectos teóricos, especialmente das nomenclaturas utilizadas, porém no aspecto operacional parece haver certa unanimidade com respeito à estrutura do mesmo, e especificamente com relação a dois tipos de orçamento que são o orçamento econômico e o orçamento financeiro.

O orçamento econômico considera as receitas pela sua geração, independentemente do seu recebimento e as despesas são apropriadas no período em que são incorridas, independentemente de seu pagamento (AMARAL, 1999).

Iudícibus (1995), afirma que o orçamento econômico norteia-se pelo regime de competência e que esta forma de apropriação das despesas e receitas evidencia o resultado da empresa de forma mais adequada e completa, e ainda, segundo o autor, na apuração do superávit a despesa total incorrida, mesmo que não paga, será diminuída da receita total gerada no período em questão, ainda que não seja recebida.

Já no orçamento financeiro as receitas são contabilizadas no momento do seu recebimento e as despesas são apropriadas por ocasião do seu pagamento.

Segundo Amaral (1999) presentemente, e como jamais em outras épocas, quando os recursos financeiros além de escassos, experimentam um custo alto, o planejamento e o controle do fluxo de recursos financeiros passa a se constituir numa atividade indispensável para a tomada de decisões nas instituições.

De acordo com Gitman (2002), o orçamento de caixa, ou projeção de caixa, possibilita ao administrador financeiro uma visão clara do momento de ocorrência dos fluxos esperados, permitindo planejar investimentos a curto prazo, na ocorrência de sobra de recursos, bem como poderá se preparar com antecedência para obter financiamento em caso de falta de caixa.

Esta visão é corroborada por Sobanski (1994) que afirma que ao planejar o caixa devem ser estabelecidos os valores mínimos desejados como saldo, e que a principal função do orçamento financeiro não é a de apurar o saldo de caixa, mas localizar os excessos ou insuficiências. Segundo o autor, as insuficiências devem ser cobertas pela previsão de empréstimos pagáveis a curto prazo e os excessos destinados a aplicações financeiras, sendo que a ocorrência de insuficiências ou excessos crônicos demandará a revisão de todo o planejamento.

Segundo Atkinson et al (2000) na elaboração dos orçamentos são utilizados, mais comumente, três métodos conhecidos como autoritário participativo e consultivo. No autoritário um superior determina a um subordinado como deve ser efetuado orçamento. Já no participativo os superiores buscam a participação e a colaboração dos subordinados, enquanto que no consultivo os subordinados discutem as idéias sobre o orçamento com o superior que toma as decisões finais.

2.4.2 Demonstrações Financeiras

As principais demonstrações financeiras que podem ser elaboradas pelas universidades, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, são comentadas a seguir:

2.4.2.1 Balanço Patrimonial - BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade. (NBC T.3.2, 1990).

Segundo Gitman (1997) o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. A demonstração confronta os ativos da empresa com suas fontes de financiamento, que podem ser dívidas ou patrimônio.

As contas do ativo são dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização, e as contas do passivo são dispostas em ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados, observando-se iguais procedimentos para os grupos e subgrupos (NBC T.3.2, 1990).

Nas organizações sem fins lucrativos, algumas adaptações precisam ser empreendidas, a conta *Capital* será substituída pela conta *Patrimônio Social* e a conta *Lucros* ou *Prejuízos Acumulados* pela conta *Superávits* ou *Déficits Acumulados*. Além disso, outra conta que deve integrar o Patrimônio Líquido social refere-se às doações, subvenções ou contribuições patrimoniais, que precisam ser reconhecidos pela contabilidade.

Apresenta-se disposto, a seguir, na Figura 1, um modelo de Balanço Patrimonial.

BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 200X	
ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
DISPONÍVEL	EMPÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Caixa	Parcela a curto prazo dos empr. e financia.
Depósitos bancários	Credores por financiamento
CLIENTES	Financiamentos bancários a curto prazo
Mensalidades a Receber	Títulos a pagar
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Encargos financeiros a transcorrer
INVESTIMENTOS	Juros a pagar de empréstimos e financiamentos
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	FORNECEDORES
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	OBRIGAÇÕES FISCAIS
CRÉDITOS E VALORES	OUTRAS OBRIGAÇÕES
Bancos _ contas vinculadas	Contas a pagar
Impostos a recuperar	Ordenados e salários a pagar
Aplicações financeiras	FGTS a recolher
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A L. P.	Juros a pagar de empréstimos e financiamentos
ATIVO PERMANENTE	Férias e 13º salário
INVESTIMENTOS	Riscos fiscais e outros passivos contingentes
PARTICIPAÇÕES PERM. EM OUTRAS SOC.	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE
Participações em fundos de investimentos	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Provisão para perdas permanentes	Empréstimos e financiamentos
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	Encargos financeiros a transcorrer
TOTAL DE INVESTIMENTOS	Juros a pagar de empréstimos e financiamentos
ATIVO IMOBILIZADO	PROVISÃO PARA I. R. DIFERIDO
BENS EM OPERAÇÃO	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL A L. P.
Terrenos	PATRIMÔNIO SOCIAL
Instalações	CAPITAL SOCIAL
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO ACUMULADA CORRIGIDA	Capital Subscrito
IMOB. EM ANDAMENTO - CUSTO CORRIGIDO	Capital autorizado
Bens em uso em fase de implantação	Capital a subscrever
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	Capital a integralizar
ATIVO DIFERIDO	Correção monetária do capital social
GASTOS DE IMPL. E PRÉ-OPERACIONAIS	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS
GASTOS DE IMPL. DE SISTEMAS E MÉTODOS	Superávit acumulados
TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	Déficit acumulados
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

FIGURA 1: Modelo de Balanço Patrimonial

Fonte: Adaptado de IUDÍCIBUS, et al. 1994.

2.4.2.2 Demonstração de Resultado do Exercício - DRE

A demonstração do resultado, observado o princípio de competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas e compreenderá, segundo a (NBC T.3.3, 1990).

De acordo com Iudícibus (1995) o conteúdo da DRE, deve ser apresentado de forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado.

Para Limeira et al. (2005) a DRE tem por objetivo apresentar de forma dinâmica o resultado econômico da empresa num dado período de apuração. O lucro ou prejuízo é apurado pela diferença entre as receitas e os custos e as despesas.

Nas Entidades sem fins lucrativos, sua denominação correta é Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades do Exercício ou Demonstração das Receitas e despesas, apresentando como objetivo principal evidenciar todas as atividades desenvolvidas num certo período de tempo. Da mesma forma que a DRE, nomenclatura empregada para as entidades que visam o lucro, evidencia a composição do resultado de um determinado período.

Essa demonstração tem grande valia para qualquer tipo de Entidade por explicitar o volume de recursos obtidos além dos custos e despesas empregadas nas atividades.

A Figura 2, dispõe um modelo da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE).

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT
RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Prestação de serviços
(-) DEDUÇÕES
(-) Impostos
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) CUSTOS OPERACIONAIS
Custo dos serviços prestados
(=) SUPERÁVIT (OU DÉFICIT) OPERACIONAL BRUTO
DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Despesas Administrativas
(-) Despesas comerciais
(-) Despesas Financeiras Líquidas
(-) Outras Despesas Operacionais
Despesas Operacionais Provisionadas
(=) SUPERÁVIT (OU DÉFICIT) OPERACIONAL LÍQUIDO
* (+) ou (-) RESULTADO DA COREÇÃO MONETÁRIA
(+) RECEITAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS
(-) DESPESAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS
(+) RECEITAS FINANCEIRAS
(+) OUTRAS RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS
(-) OUTRAS DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS
(-) DESPESAS PROVISIONADAS NÃO-OPERACIONAIS
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(-) Provisão para Imposto de Renda
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS O IMPOSTO DE RENDA
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
(=) SUPERÁVIT (OU) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

- Hoje não se utiliza o resultado de correção monetária de acordo com a legislação vigente.

FIGURA 2: Modelo de Demonstração de Resultado do Exercício.

Fonte: Adaptado de ZADANOWICZ, 1998.

2.4.2.3 Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA

A DLPA é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade e discriminará:

- a) o saldo no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões de reservas;
- d) a parcela correspondente à realização de reavaliação, líquida do efeito dos impostos correspondentes;

- e) o resultado líquido do período;
- f) as compensações de prejuízos;
- g) as destinações do lucro líquido do período;
- h) os lucros distribuídos;
- i) as parcelas de lucros incorporadas ao capital;
- j) o saldo no final do período (NBC T.3.4, 1990).

A elaboração deste demonstrativo é opcional, e poderá ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, demonstrada a seguir.

2.4.2.4 Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

A DMPL demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da Entidade, e discriminará:

- a) os saldos no início do período;
- b) os ajustes de exercícios anteriores;
- c) as reversões e transferências de reservas e lucros;
- d) os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- e) a redução de capital;
- f) as destinações do lucro líquido do período;
- g) as reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- h) o resultado líquido do período;
- i) as compensações de prejuízos;
- j) os lucros distribuídos;
- l) os saldos no final do período (NBC T.3.5, 1990).

Evidencia a mutação do patrimônio líquido a nível global (novas integralizações de capital, resultado do exercício, ajustes de exercícios anteriores, dividendos, inclusive por ações, reavaliações) e em nível de mutações internas (incorporações de reservas ao capital, transferências de lucros acumulados para reservas e vice-versa). Ao serem utilizadas pelas

entidades sem fins lucrativos, algumas adaptações devem ser feitas nesta demonstração, como se substitui à expressão Lucro ou Prejuízo por Superávit ou Déficit do exercício, podendo denominar-se Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

2.4.2.5 Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR

A DOAR visa não apenas identificar o impacto causado na posição financeira de curto prazo da organização por novas fontes de financiamento, mas levando também em consideração os recursos gerados na própria atividade, além de mostrar como e onde foram investidos estes recursos (LIMEIRA et al, 2005).

De acordo com a NBC T.3.6 (1990) , a DOAR é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade.

Segundo Limeira et al (2005) a diferença entre as fontes de financiamento e aplicações dos recursos evidencia o excesso ou a insuficiência de recursos, ocasionando, portanto, o aumento ou a diminuição do capital circulante líquido.

A figura 3, dispõe o modelo de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS			
ITENS	EXERCÍCIOS		
	ATUAL	ANTERIOR	
ORIGENS DE RECURSOS			
Lucro líquido do exercício			
(+) Depreciação, amortização ou exaustão			
(+ ou -) Variação no resultado de exercícios futuros			
Realização de capital social			
Contribuições para reservas de capital			
RECURSOS ORIGINÁRIOS:			
Do aumento do passivo exigível a longo prazo			
De redução do ativo realizável a longo prazo			
Da alienação de investimentos			
Da alienação de direitos do ativo imobilizado			
TOTAIS DAS ORIGENS			
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Dividendos distribuídos			
Aquisição de direitos do ativo imobilizado			
Aumento de aplicações no:			
Ativo realizável a longo prazo			
Investimentos			
Ativo diferido			
Redução do passivo exigível a longo prazo			
TOTAIS DAS APLICAÇÕES			
AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (L - S)			
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			

FIGURA 3: Modelo do Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos

Fonte: ZADANOWICZ, 1998.

2.4.2.6 Demonstração do Fluxo de Caixa

Além destas demonstrações, as organizações em geral e particularmente as entidades sem fins lucrativos, podem elaborar e utilizar como instrumento gerencial a Demonstração do Fluxo de Caixa, que pode ser adotado em detrimento da DOAR, em virtude de ser mais simples sua elaboração e interpretação.

Enquanto o DOAR apresenta os fatos que acarretaram modificações no capital circulante líquido num determinado período, a Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta os fatos que causaram modificações nas disponibilidades da empresa (LIMEIRA et al. 2005).

No entanto não se aconselha a sua utilização isolada para fins de tomada de decisões, pois não evidencia outros aspectos importantes, que estariam visíveis nas demonstrações contábeis.

A Figura 4, a seguir, apresenta um modelo de demonstração de fluxo de caixa.

a) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA															
PERÍODOS ITENS	JAN			FEV			MAR			-----			TOTAL		
	P	R	D	P	R	D	P	R	D	P	R	D	P	R	D
1- INGRESSOS															
Mensalidades															
Taxas Administrativas															
Cobranças em carteira															
Desconto de duplicatas															
Vendas de itens do ativo permanente															
Aluguéis recebidos															
Aumentos do capital social															
Receitas financeiras															
Outros															
SOMA															
2- DESCONTOS															
Compras à vista															
Salários															
Compras de itens do ativo permanente															
Energia elétrica															
Manutenção de máquinas															
b) Despesas administrativas															
Despesas com vendas															
Despesas tributárias															
Despesas financeiras															
Outros															
SOMA															
3- DIFERENÇA DO PERÍODO (1-2)															
4-SALDO INICIAL DE CAIXA															
5-DISPONIBILIDADE ACUMULADA (+/- 3+4)															
6-NÍVEL DESEJADO DE CAIXA															
7-EMPRÉSTIMOS A CAPTAR															
8-APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO															
9-AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS															
10-RESGATES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS															
11-SALDO DE CAIXA															

FIGURA 4: Modelo de Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Fonte: ZADANOWICZ, 1998.

Segundo Zdanowicz (1998), o fluxo de caixa é um valioso instrumento para a compreensão dos fluxos de recursos da empresa, pois relaciona todos os valores que ingressarão na empresa e todos os valores que serão desembolsados em determinado período, projetando o excedente ou a escassez de recursos financeiros para a formação do saldo final de caixa, ou novas instalações da empresa.

3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os delineamentos metodológicos que nortearam a presente pesquisa, no tocante ao método e as técnicas da pesquisa.

De acordo com Minayo (1998) os procedimentos metodológicos podem ser entendidos como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Este conceito, além das concepções teóricas de abordagem, inclui um conjunto de técnicas que indicam o caminho a ser percorrido para alcançar os objetivos estabelecidos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória que de acordo com Gil (1996) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito.

Segundo a abordagem do problema caracteriza-se como uma pesquisa com métodos quantitativos de levantamento de dados.

Goldenberg (2000) afirma que, para muitos cientistas sociais, os métodos quantitativos simplificam a vida social, limitando-a aos fenômenos que podem ser enumerados, sacrificando a sua real compreensão em favor do rigor matemático.

A estatística é descritiva por meio de gráficos, tabelas e figuras, revelando o encontrado e houve a utilização de pesquisa documental de forma complementar.

Trata-se de um estudo transversal em termos de corte temporal, ou seja, no momento presente da coleta de dados.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

As universidades pesquisadas caracterizam-se por serem instituições privadas de caráter confessional, assim entendida as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específica (LDB, 1996, art. 20).

No Estado do Rio Grande do Sul se enquadram nesta categoria as seguintes Universidades:

- Universidade Católica de Pelotas – UCPEL;
- Universidade Luterana do Brasil – ULBRA;
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS;
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Destas, somente duas se prontificaram a participar da pesquisa. Assim, a amostra escolhida foi de conveniência.

Como forma de preservar a identidade dos respondentes, as Universidades objeto do estudo passaram a denominar-se de Universidade “A” e Universidade “B”.

3.3 COLETA DOS DADOS

Os dados primários utilizados na elaboração da presente pesquisa foram coletados por meio de questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, de acordo com a técnica recomendada por Lakatos e Marconi (1991), que definem o questionário como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (p. 201)”.

De acordo com Richardson (1989) os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis.

Entende-se por questão aberta, a utilizada quando o entrevistado tem a possibilidade de responder livremente, ao passo que, nas perguntas fechadas, as possíveis respostas já se encontram especificadas. Neste particular, Richardson (1989) aponta como limitação o fato de ficar o entrevistado tolhido em sua liberdade ao ter que optar por uma das respostas listadas. Procurou-se minimizar os efeitos desta limitação incluindo a opção “outras” em todas as questões, possibilitando, desta forma, ao respondente especificar sua resposta.

Por sua vez, Triviños (1994) identifica como limitação desta ferramenta, a possibilidade das informações serem manipuladas pelos respondentes. Neste particular, como forma de evitar a manipulação o questionário foi enviado para os reitores das universidades e solicitado aos mesmos à indicação da pessoa mais adequada a respondê-lo.

Os demais dados necessários ao estudo foram obtidos nas publicações de cada instituição disponíveis ao público em geral, por meio de pesquisa documental.

O questionário utilizado para a coleta dos dados primários da presente pesquisa encontra-se no apêndice 1, tendo sido enviado ao reitor de cada instituição, juntamente com uma carta de apresentação, reproduzida no apêndice 2.

3.4 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Segundo Minayo (1998) as bases teórica e conceitual representam um momento crucial da investigação científica sendo imprescindível à definição clara das categorias e conceitos a serem utilizados.

Desta forma foram definidos os termos necessários para o seu entendimento que foram utilizados na realização do presente trabalho.

- **Demonstrações financeiras** – resumem a posição financeira de uma empresa, sendo que as demonstrações financeiras básicas são: O balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração de mutação do patrimônio líquido, a demonstração de lucros e

prejuízos acumulados e a demonstração de origens e aplicações dos recursos (RESOLUÇÃO CFC 686/90).

- **Estratégias de financiamento** – formas de captar os recursos monetários necessários para a manutenção das atividades de uma instituição (GITMAN, 2002).

- **Fontes de financiamento** – origem dos recursos financeiros necessários para fazer face às despesas orçamentárias (SANVICENTE, 1995).

- **Planejamento** – consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, com vistas a consecução de objetivos fixados (HOJI, 1999).

- **Orçamento** – representa a expressão quantitativa dos valores monetários com base nos planos elaborados para o período subsequente (SANVICENTE, 1995).

- **Instituições de ensino superior confessional** – instituições privadas de ensino superior instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologias específicas (LDB, 1996).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram organizados com a finalidade de sistematizar as respostas dos instrumentos de coleta de informações e posteriormente submetidos à técnica de análise de conteúdo, no que se refere às questões abertas, e houve o emprego de elementos de estatística descritiva.

A análise de conteúdo é particularmente recomendada para categorizar questões abertas. Segundo Richardson (1989), pode ser definida como o conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não, que permitam inferir conhecimento relativo às condições de produção ou percepção das mensagens obtidas.

Já a análise quantitativa, segundo Richardson (1989), tem a intenção de garantir a precisão dos resultados e evitar distorções de análise e interpretação.

Desta forma, os dados brutos foram tratados de forma a terem significância e validade, aplicando-se tratamentos estatísticos que permitiram a criação de tabelas e gráficos que serviram para facilitar a compreensão e interpretação rápida dos dados obtidos, utilizando como ferramenta de apoio o aplicativo “*Microsoft Excel*”.

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Por se tratar de pesquisa baseada em uma amostra de conveniência, onde se busca entender o funcionamento de um fenômeno e explicá-lo confrontando-o com a teoria, uma das dificuldades está em se determinar pontos em comum com o fenômeno observado em uma determinada região e explorá-lo para outras regiões do Estado e até mesmo do País. Portanto, o estudo deve ser conduzido de forma que os resultados encontrados tenham algo em comum com a realidade das IES de todo o País. Contudo, será limitado ao caso específico das IES de caráter confessional do estado do Rio Grande do Sul, sem generalizar a todo o sistema.

Como fator limitante da presente pesquisa apresenta-se, também o fato de que duas instituições pertencentes à população-alvo não responderam ao questionário enviado, e nos contatos com o pesquisador não demonstraram interesse em participar do estudo, tendo sido excluídas das análises realizadas.

Acrescenta-se ainda que por tratar-se de uma pesquisa que utilizou dados econômico-financeiros das instituições, que podem ser considerados estratégicos, e também com o propósito de evitar a exposição das instituições à especulação pública, os dados interpretados não foram expostos com a nomenclatura das instituições, utilizando-se em seu lugar “Universidade A” e “Universidade B”, procurando, desta forma, preservar o anonimato das instituições.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se uma caracterização das Instituições estudadas, baseada nos dados disponíveis de cada instituição, bem como se apresenta a tabulação e a análise dos dados identificando as questões, gráficos, tabelas e respectivos comentários.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

As Universidades incluídas na presente pesquisa, foram as de caráter confessional situadas no estado do Rio Grande do Sul, que passam a ser caracterizadas a seguir:

4.1.1 Universidade Católica de Pelotas – UCPEL

A Universidade Católica de Pelotas, foi a primeira Instituição de Ensino Superior do interior do Rio Grande do Sul, nasceu do idealismo, da tenacidade e da ousadia de um Bispo Peregrino: Dom Antônio Zattera. Fruto de iniciativas da Igreja Católica, a Faculdade de Ciências Econômicas (fundada em 1937) e a Faculdade Católica de Filosofia (criada em 1953) representaram o alicerce da UCPEL, sendo-lhes agregados, posteriormente, cursos de ensino superior ligados à Igreja, nas cidades de Rio Grande, Bagé, Jaguarão, São Gabriel e Camaquã (UCPEL, 2006).

Instituição de ensino comunitária, filantrópica, confessional e de caráter particular, a Universidade Católica de Pelotas tem como mantenedora a Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC). Em seus 40 anos de história, cumprindo com o seu compromisso de investigar, produzir e socializar saberes, a UCPEL cresceu em abrangência e diversidade, oferecendo, hoje, 27 cursos de graduação, 2 cursos seqüenciais, 3 cursos de pós-graduação "*stricto sensu*" e 11 cursos de pós-graduação "*lato sensu*". Além de Pelotas, a UCPEL está presente em outros oito municípios da Região Sul, oferecendo cursos de

graduação em Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pinheiro Machado, Piratini, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar (UCPEL, 2006).

4.1.2 Universidade Luterana do Brasil – ULBRA

A ULBRA tem a sua origem na fundação da Escola São Paulo, em 1911, por imigrantes alemães, que tinha diversos objetivos, entre os quais se destacava o de atender às necessidades imediatas de educação para os seus filhos e, assim, prepará-los para a vida na sociedade (ULBRA, 2006).

A ULBRA é uma universidade confessional cristã, cujos referenciais filosóficos e teóricos são encontrados nas Escrituras Sagradas, a Bíblia. Mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo – CELSP caracteriza-se por ser uma instituição voltada para o futuro, buscando sempre o melhor em todas as suas áreas de atuação. Assim, disponibiliza para acadêmicos, profissionais e toda a comunidade serviços de qualidade, seja nas áreas da educação, saúde, esporte e tecnologia. (ULBRA, 2006).

4.1.3 Universidade do vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

O marco histórico inicial da UNISINOS data de 1869 com a vinda dos jesuítas para o Rio Grande do Sul e a fundação do Colégio Nossa Senhora da Conceição, considerado a primeira escola oficial do Rio Grande do SUL (UNISINOS, 2006).

Posteriormente, em 1953 é criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cristo Rei e, exatamente um século depois do início das atividades do colégio Conceição, em 31 de Julho de 1969 é autorizado o funcionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Atualmente a UNISINOS é mantida pela Associação Antonio Vieira, denominação civil da Província dos Jesuítas do Brasil Meridional, da Companhia de Jesus, que se trata da

ordem dos jesuítas fundada por Santo Inácio de Loyola, e figura como uma das maiores universidades privadas do país. (UNISINOS, 2006).

4.1.4 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

A história da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul tem como ponto de partida a vinda para o Brasil dos Irmãos Maristas - congregação religiosa fundada por São Marcelino Champagnat, em La Vallá (perto de Lyon - França). No ano de 1900, os primeiros Maristas chegaram à cidade de Bom Princípio (RS), a pedido de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, bispo do Rio Grande do Sul. A partir dessa data, muitos outros religiosos maristas vieram da Europa, abrindo escolas nas cidades em que se estabeleciam, conforme as necessidades de cada região (PUCRS, 2006).

Em 1904, usando as instalações da Igreja Nossa Senhora do Rosário, foi aberta a Escola Nossa Senhora do Rosário. A instituição destacava-se por sua Escola Superior de Comércio que formava peritos contadores, que posteriormente desejando continuar seus estudos em nível universitário, solicitaram a fundação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, que iniciou em março de 1931, com nove alunos, podendo ser considerado como o primeiro passo para a constituição da Universidade.

Em 1940, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seguida pela Escola de Serviço Social, no ano de 1945, e pela Faculdade de Direito, em 1947. Com as quatro faculdades, a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), entidade civil dos Irmãos Maristas, requereu ao Ministério da Educação a equiparação de universidade.

Pelo Decreto nº 25.794, de 9 de novembro de 1948, do presidente Eurico Gaspar Dutra, as faculdades passaram a constituir a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a primeira criada pelos Irmãos Maristas no mundo.

No dia 1º de novembro de 1950, o Papa Pio XII, por solicitação da Mantenedora e do Arcebispo Dom Vicente Scherer, outorgou à Universidade o título de Pontifícia. (PUCRS, 2006).

A Figura 5 abaixo mostra a localização das Universidades no estado do Rio Grande do Sul

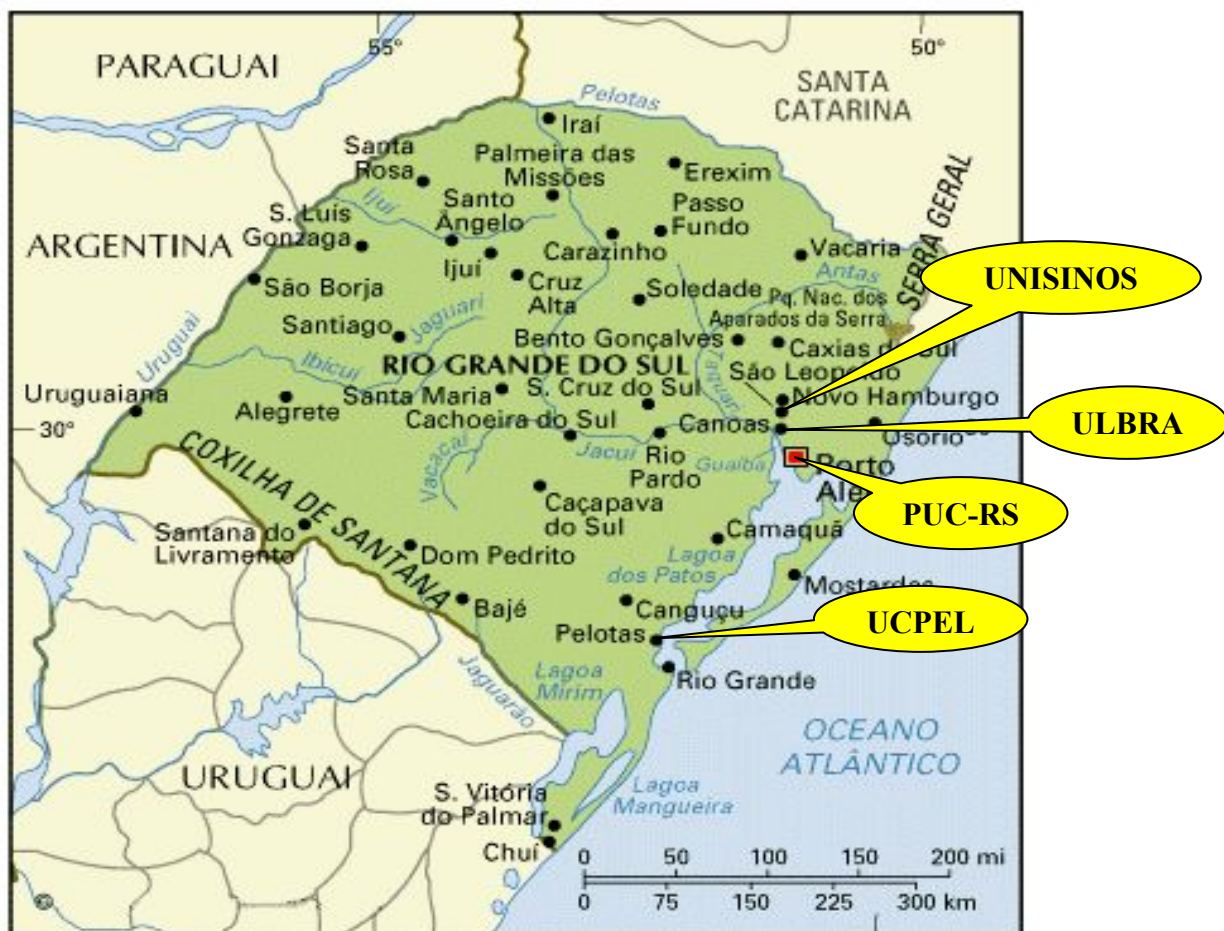


Figura 5 : Localização das Universidades

Fonte : Panpasonline.com.br adaptado pelo autor

4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Apresenta-se a seguir os dados das instituições analisadas, que correspondem a 50 % da população-alvo:

4.2.1 Número de Cursos Oferecidos

O Gráfico 1 abaixo, mostra o número de cursos oferecidos pelas Universidades :

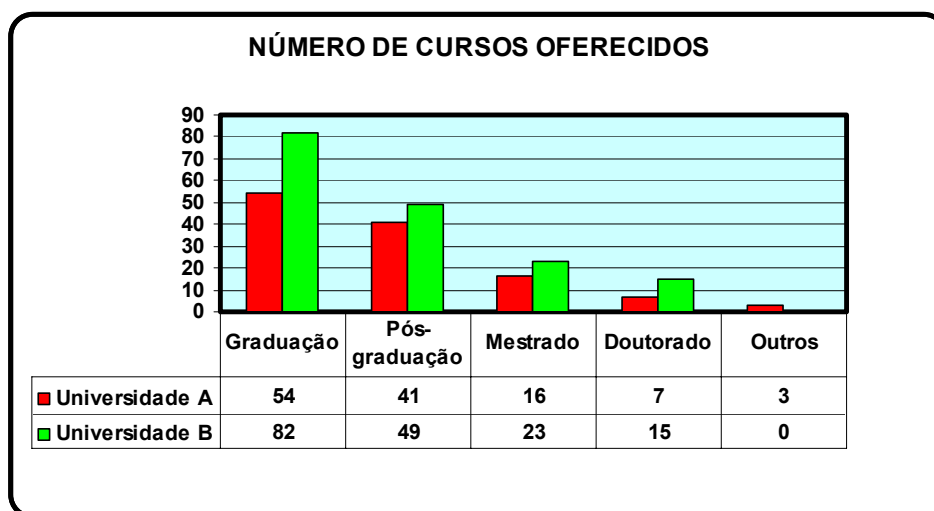


Gráfico 1 : Número de Cursos Oferecidos
Fonte : O autor

Observa-se que os cursos de graduação representam a maioria dos cursos oferecidos, atingindo o índice de 80,6 % do total dos cursos oferecidos na Universidade “A” e 48,5% na Universidade “B”, sendo seguidos pelos cursos de Pós-graduação que representam 33,88% na Universidade “A” e 28,99% na Universidade “B”.

Os cursos de Mestrado atingem o percentual de 13,22% na Universidade “A” e de 13,61% na Universidade “B” e os de doutorado 5,79 % e 8,88 % respectivamente. A Universidade “A” possui, ainda, 2,48 % de outros cursos.

4.2.2 Número de alunos

O Gráfico 2 abaixo, mostra o números de alunos em cada Universidades:

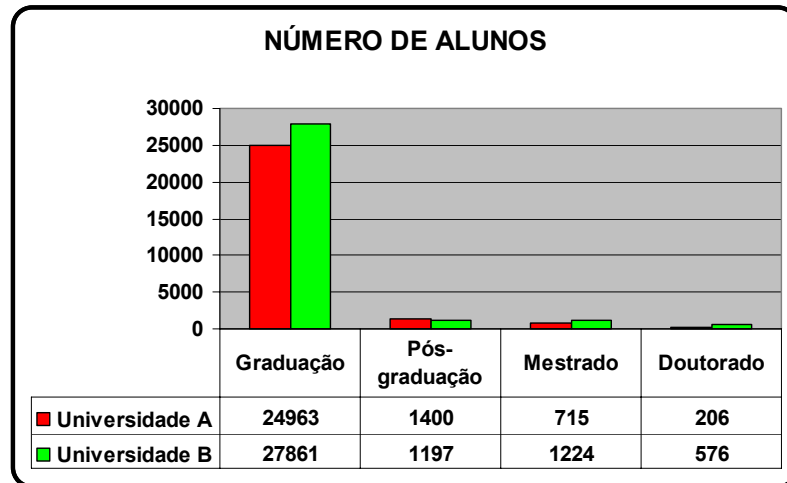


Gráfico 2 : Número de Alunos

Fonte : O autor

Os alunos da graduação representam a grande maioria, tanto na Universidade “A” (91,49 %), quanto na Universidade “B” (90,29 %). Merece atenção o fato de que a Universidade “A”, apesar de possuir um menor número total de alunos, possui mais alunos nos cursos de Pós-graduação do que a Universidade “B”, embora a mesma ofereça maior número de cursos.

4.2.3 Número de professores

Apresenta-se, na tabela 1 abaixo, a quantidade e a qualificação dos professores das Universidades pesquisadas :

Nr. de Professores	UNIVERSIDADE “A”		UNIVERSIDADE “B”	
	quantidade	percentual	quantidade	percentual
Mestres	431	45,56	820	44,66
Doutores	261	27,59	640	34,86
Mestrandos	27	2,85	01	0,05
Doutorandos	77	8,14	41	2,23
Especialistas	88	9,30	194	10,57
Graduados	36	3,81	138	7,52
Pós-doutores	22	2,33	02	0,11
Pós-doutorandos	04	0,42	00	0,00
TOTAL	946	100,00	1.836	100,00

Tabela 1 : Número de Professores

Fonte : O autor

A maioria dos professores da Universidade “A” (45,56 %) possui o título de mestre; Os doutores representam 27,59 % do total dos professores, sendo que os especialistas representam 9,30 % e os doutorandos 8,14 %. A Universidade mantém ainda como professores: 3,81 % de graduados; 2,85 % de mestrandos; 2,33 % de pós-doutores e 0,42 % de pós-doutorandos.

Na Universidade “B” também a maioria dos professores (44,64 %) possui o título de mestre; Os doutores representam 34,86 % do total dos professores , os especialistas representam 10,57 % e os doutorandos 2,23 %. A Universidade mantém ainda como professores: 7,52 % de graduados; 0,05 % de mestrandos e 0,11 % de pós-doutores.

Neste aspecto, pode-se constatar que as Universidades possuem professores qualificados e que atendem as exigências do MEC.

4.2.4 Número de funcionários

A tabela 2 abaixo, mostra a quantidade e a qualificação dos funcionários das Universidades pesquisadas :

Nr. de Funcionários	UNIVERSIDADE “A”		UNIVERSIDADE “B”	
	quantidade	percentual	quantidade	percentual
Mestres	31	3,49	33	1,88
Doutores	03	0,34	11	0,63
Com 1º Grau	37	4,17	125	7,12
Com 2º Grau	139	15,65	603	34,36
Graduados	210	23,65	755	43,02
Graduandos	402	45,27	00	0,00
Pós-graduados	66	7,43	45	2,56
Outros	00	0,00	183	10,43
TOTAL	888	100,00	1.755	100,00

Tabela 2 : Número de Funcionários

Fonte : O autor

Observa-se nas instituições pesquisadas um alto grau de escolaridade dos funcionários, com destaque para os graduandos na Universidade “A”, que representam o maior percentual (45,27%).

Já na Universidade “B” o maior percentual (43,02%) é o de funcionários com curso de graduação concluído.

4.3 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Apresenta-se a seguir as informações específicas, relativas aos sistemas de gestão e de controle, identificando as questões formuladas no questionário enviado as Universidades.

4.3.1 Demonstrações Financeiras Elaboradas

A figura 6 abaixo, evidencia quais as demonstrações financeiras que são elaboradas pelas Universidades:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Balço Patrimonial	SIM	SIM
Demonstração de resultado do exercício	SIM	SIM
Demonstração de origens e aplicações dos recursos	SIM	SIM
Demonstração de mutação do patrimônio líquido	SIM	SIM
Demonstrações do fluxo de caixa	SIM	SIM
Outras (especificar)	Não informado	Não informado

Figura 6 : Demonstrações Financeiras Elaboradas

Fonte : O autor

Percebe-se que as instituições atendem as recomendações da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) no tocante aos aspectos relacionados com a elaboração das demonstrações financeiras.

4.3.2 Demonstrações Financeiras Publicadas

A figura 7 abaixo, mostra quais as demonstrações financeiras que são publicadas pelas Universidades:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Balanco Patrimonial	NÃO	SIM
Demonstração de resultado do exercício	NÃO	SIM
Demonstração de origens e aplicações dos recursos	NÃO	SIM
Demonstração de mutação do patrimônio líquido	NÃO	SIM
Demonstrações do fluxo de caixa	NÃO	NÃO
Outras (especificar)	A publicação oficial é feita pela mantenedora	Não informado

Figura 7 : Demonstrações Financeiras Publicadas
Fonte : O autor

A Universidade “A” informa que as demonstrações financeiras são publicadas pela mantenedora, ao passo que a Universidade “B” publica o “Balanco Patrimonial”, a “Demonstração de resultados do exercício”, a “Demonstração de origens e aplicações dos recursos” e a “Demonstração de mutação do patrimônio líquido”.

4.3.3 Instrumentos de Planejamento a Médio ou Longo Prazo

Na figura 8 abaixo, mostra-se os instrumentos de planejamento utilizados pelas Universidades:

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Planejamento Estratégico	SIM	SIM
Planejamento de Investimentos	SIM	NÃO
Planejamento de capacitação	SIM	NÃO
Planejamento de novos cursos	SIM	NÃO

Figura 8 : Instrumentos de Planejamento
Fonte : O autor

A Universidade “A” elabora quatro tipos de planejamento de médio e longo prazo, ao passo que a Universidade “B” possui como instrumento de planejamento “o planejamento estratégico global” projetado para o ano de 2010.

4.3.4 Demonstrações Financeiras Projetadas

A figura 9 abaixo, mostra-se as demonstrações financeiras que são projetadas pelas Universidades:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PROJETADAS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Balanco Patrimonial projetado	SIM	SIM
Demonstração de resultado do exercício projetada	SIM	SIM
Orçamento de caixa projetado	SIM	SIM
Outras (especificar)	Não informado	Não informado

Figura 9 : Demonstrações Financeiras Projetadas

Fonte : O autor

As instituições elaboram os mesmos tipos de demonstrações financeiras projetadas, evidenciando a importância do planejamento financeiro, com a elaboração de demonstrativos que servem de instrumento de gestão e controle para as organizações.

4.3.4 Método Utilizado na Elaboração dos Orçamentos

A figura 10 abaixo, informa qual o método utilizado na elaboração dos orçamentos pelas Universidades:

MÉTODO UTILIZADO	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Autoritário	NÃO	NÃO
Participativo	SIM	SIM
Consultivo	NÃO	NÃO
Outras (especificar)	Não informado	Não informado

Figura 10 : Método Utilizado na Elaboração dos Orçamentos

Fonte : O autor

As Universidades utilizam o método participativo na elaboração dos orçamentos, ou seja os subordinados participam na elaboração dos documentos juntamente com os superiores.

4.3.6 Orçamentos Elaborados

A figura 11 abaixo, mostra-se os orçamentos que são elaborados pelas Universidades:

ORÇAMENTOS ELABORADOS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Orçamento de caixa	SIM	SIM
Orçamento de receitas e despesas	SIM	SIM
Orçamento por unidades internas	SIM	SIM
Orçamento por programas	SIM	SIM
Outros (especificar)	Não informado	Não informado

Figura 11 : Orçamentos Elaborados

Fonte : O autor

Tanto a Universidade “A” quanto a Universidade “B” elaboram os mesmos tipos de orçamentos.

4.3.7 Participação na Elaboração dos Orçamentos

Na figura 12 abaixo, evidencia-se como ocorre a participação na elaboração dos orçamentos:

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Somente da chefia	NÃO	NÃO
Da chefia com os professores	SIM	NÃO
Da chefia com os técnicos administrativos	NÃO	NÃO
Todos os segmentos participam do processo	NÃO	SIM
Outras participações (especificar)	Gestores de negócios	Não informado

Figura 12 : Participação na Elaboração dos Orçamentos

Fonte : O autor

Observa-se uma maior participação na Universidade “B” onde todos os segmentos participam do processo, ao passo que na Universidade “A” os orçamentos são elaborados pelas chefias com a participação dos professores e dos gestores de negócios.

4.3.8 Finalidade dos Orçamentos

Na figura 13 abaixo, mostra-se qual a finalidade dos orçamentos elaborados pelas Universidades:

FINALIDADE DOS ORÇAMENTOS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Doutrinador de gastos e investimentos	SIM	SIM
Existe somente para cumprir os trâmites legais	NÃO	NÃO
Fixação dos valores a serem praticados nas mensalidades	SIM	SIM
Não apresenta nenhuma finalidade	NÃO	NÃO
Outras finalidades (especificar)	Não informado	Não informado

Figura 13 : Finalidade dos Orçamentos

Fonte : O autor

As instituições pesquisadas valem-se dos orçamentos projetados para servir de doutrinador dos gastos e investimentos e servir de base na fixação dos valores a serem praticados nas mensalidades estudantis.

4.4 FONTES DE FINANCIAMENTO

Apresenta-se a seguir as informações específicas, relativas às fontes de financiamento, identificando as questões formuladas no questionário enviado as Universidades.

4.4.1 Fontes de Recursos Utilizadas para o Ensino

A figura 14 abaixo, evidencia quais as fontes de recursos utilizadas para o ensino pelas Universidades:

FONTES DE RECURSOS PARA O ENSINO	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Mensalidades	SIM	SIM
Doações	SIM	NÃO
Subvenções municipais	NÃO	NÃO
Subvenções estaduais	NÃO	NÃO
Subvenções federais	NÃO	NÃO
Isenções	NÃO	SIM
Aplicações no mercado financeiro	SIM	SIM
Outras fontes (especificar)	Órgãos de fomento	HOSPITAL, LABORATÓRIOS

Figura 14 : Fontes de Recursos Utilizadas para o Ensino

Fonte : O autor

Observam-se diferenças entre as instituições pesquisadas. Enquanto a Universidade “A” conta com doações, a Universidade “B” vale-se de isenções como fonte de recursos para o ensino.

No entanto, a principal diferença que pode ser visualizada é a manutenção pela Universidade “B” de Hospital e Laboratórios, que ao incorporar suas receitas nas demonstrações financeiras da instituição, acabam sendo uma importante fonte de recursos para a Instituição.

4.4.2 Fontes de Recursos Utilizadas para a Pesquisa

A figura 15 abaixo, mostra quais as fontes de recursos utilizadas para a pesquisa pelas Universidades:

FONTES DE RECURSOS PARA A PESQUISA	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Mensalidades	SIM	NÃO
Doações	NÃO	NÃO
Subvenções municipais	NÃO	NÃO
Subvenções estaduais	NÃO	NÃO
Subvenções federais	NÃO	NÃO
Isenções	NÃO	NÃO
Aplicações no mercado financeiro	NÃO	NÃO
Outras fontes (especificar)	Órgãos de fomento CNPQ, FINEP, Empresas privadas	FINEP, Empresas públicas e privadas

Figura 15 : Fontes de Recursos Utilizadas pra a Pesquisa
Fonte : O autor

Observa-se que além dos órgãos financiadores como o CNPQ e o FINEP, há a preocupação de buscar recursos junto a empresas públicas e privadas, tanto na Universidade “A”, quanto na Universidade “B”, evidenciando desta forma uma preocupação por uma maior aproximação da Universidade com o segmento empresarial.

4.4.3 Fontes de Recursos Utilizadas para Projetos Comunitários

A figura 16 abaixo, informa quais as fontes de recursos utilizadas para projetos comunitários pelas Universidades:

FONTES DE RECURSOS PARA PROJETOS COMUNITÁRIOS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Mensalidades	SIM	SIM
Doações	NÃO	SIM
Subvenções municipais	NÃO	NÃO
Subvenções estaduais	NÃO	NÃO
Subvenções federais	NÃO	NÃO
Isenções	SIM	SIM
Aplicações no mercado financeiro	NÃO	SIM
Outras fontes (especificar)	Parceria com empresas	Não informado

Figura 16 : Fontes de Recursos Utilizadas para Projetos Comunitários

Fonte : O autor

Na Universidade “A” pode-se constatar a utilização das parcerias com as empresa e recursos oriundos das mensalidades como fonte de recursos para os projetos comunitários.

A Universidade “B” utiliza-se dos recursos provenientes das mensalidades, das doações, das isenções e das aplicações no mercado financeiro.

4.4.4 Participação de Cada Fonte de Recursos nos Últimos Cinco Anos nas Atividades Gerais da Universidade (em percentual)

Nos gráficos 3 e 4 , abaixo, mostra-se a participação de cada fonte de recursos nos últimos cinco anos, nas atividades gerais das Universidades.

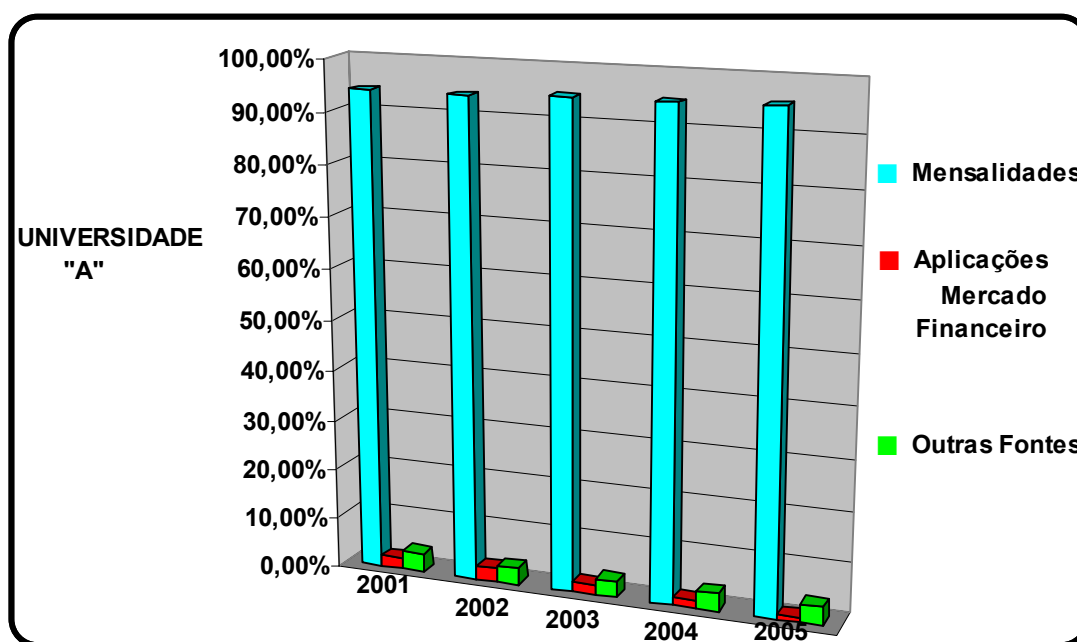


Gráfico 3 : Fontes de Recursos da Universidade “A”

Fonte : O autor

Percebe-se que a Universidade “A”, possui uma dependência muito grande das mensalidades escolar para a sua sustentabilidade. O índice de 94,09 % em 2001, passou para 95,39 em 2005 mostrando uma tendência de crescimento cada vez maior da participação das mensalidades.

Este percentual é compatível com a média nacional divulgada pelo Censo do Ensino Superior de 2004 que está em 92,55 %.

Por outro lado, observa-se que as aplicações no mercado financeiro sofreram um decréscimo, passando de 2,23 % em 2001 para 0,99 % em 2005, e que as outras fontes mantiveram-se em um percentual médio de 3,47 %.

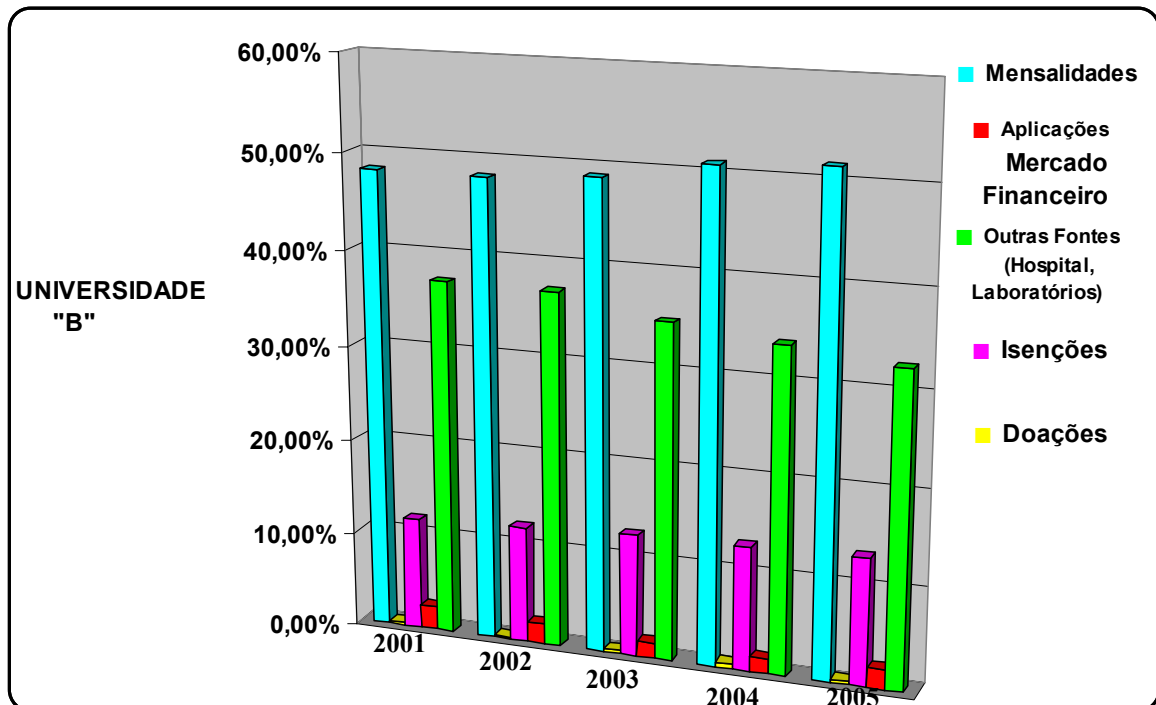


Gráfico 4 : Fontes de Recursos da Universidade “B”
 Fonte : O autor

A Universidade “B” apresenta como diferença principal em relação a Universidade “A” a manutenção de Hospital Universitário, que incorpora suas receitas no Balanço da Instituição. Estas receitas atingem um percentual médio de 35,23 %, no entanto nota-se uma tendência decrescente, passando de 37,3 % em 2001 para 32,65% em 2005.

Por outro lado as receitas provenientes das mensalidades que representavam 48,28 % em 2001, passaram a representar 51,56 % em 2005, demonstrando, a exemplo da Universidade “A” uma tendência crescente.

As isenções atingiram um percentual médio de 12,65 %, indicando uma importante fonte de recursos para a instituição.

As doações mantiveram-se num percentual médio de 0,33 % e as aplicações no mercado financeiro giraram em torno de 1,98 %.

4.4.5 Programas de Crédito Educativo Mantidos

Na Figura 17, informa-se quais os programas de crédito educativo que são mantidos pelas Universidades:

PROGRAMAS DE CRÉDITO EDUCATIVO MANTIDOS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
FIES	SIM	SIM
PROUNI	SIM	SIM
Outros (especificar)	Bolsa Própria	Bolsa Própria

Figura 17: Programas de Crédito Educativo Mantidos
Fonte : O autor

Além de participar dos programas de crédito educativo mantidos pelo governo federal, como o FIES e o PROUNI, as Universidades mantêm programas próprios de bolsa de estudo, evidenciando uma preocupação em possibilitar o acesso ao ensino superior a uma parcela maior de alunos de baixa renda.

4.4.6 Percentual de Alunos Atendidos com Crédito Educativo

Na figura 18 abaixo, visualiza-se o percentual de alunos atendidos com crédito educativo pelas Universidades:

PERCENTUAL DE ALUNOS ATENDIDOS COM CRÉDITO EDUCATIVO	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
FIES	1 %	2,9 %
PROUNI	2 %	3,5 %
Outros (especificar) Bolsas Próprias	7 %	14,4 %

Figura 18 : Percentual de Alunos Atendidos com Crédito Educativo
Fonte : O autor

Observa-se que o percentual de alunos atendido com bolsa própria é muito superior aos percentuais dos alunos atendidos com programas mantidos pelo governo federal.

Neste aspecto parece estar evidente, por parte das Universidades pesquisadas, a busca de alternativas que visem possibilitar o acesso ao ensino superior a uma parcela cada vez maior de alunos.

4.4.7 Índice de Inadimplência nos Últimos Cinco Anos

O gráfico 5 mostra qual foi o índice de inadimplência apresentado pelas Universidades nos últimos cinco anos:

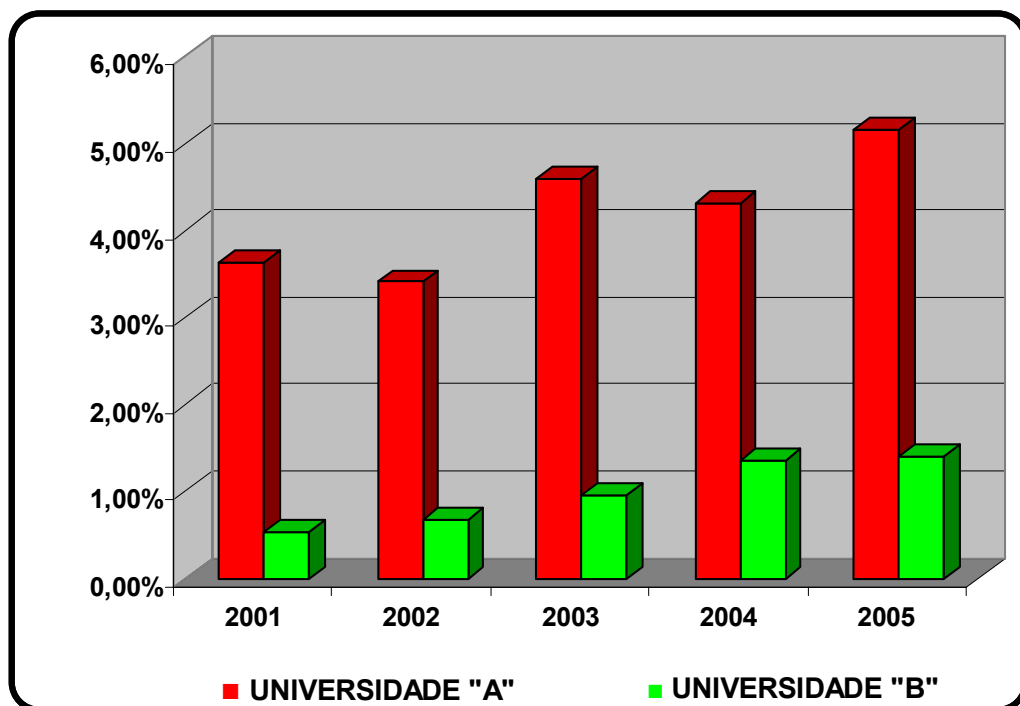


Gráfico 5 : Índice de Inadimplência das Universidades
Fonte : O autor

Os índices da Universidade "A" são superiores aos da Universidade "B", e observa-se uma tendência crescente em ambas, passando de 3,63 % em 2001 para 5,16 % em 2005 na Universidade "A" e de 0,54 % em 2001 para 1,40 % em 2005 na Universidade "B".

4.4.8 Índice de Reajuste Aplicado às Mensalidades nos Últimos Cinco Anos

No gráfico 6 abaixo, pode-se constatar qual foi o reajuste aplicado as mensalidades pelas Universidades, nos últimos cinco anos:

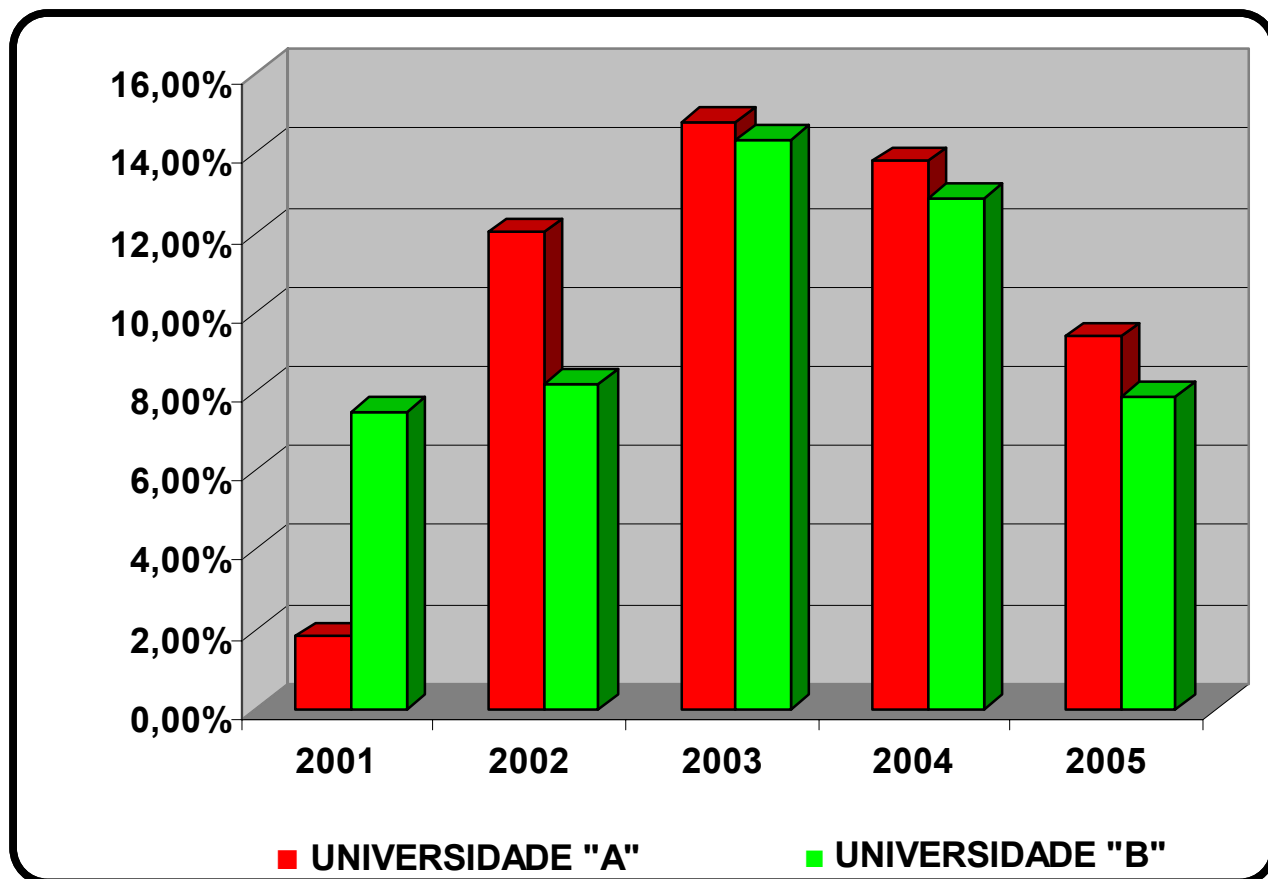


Gráfico 6 : Índice de Reajuste Aplicado às Mensalidades

Fonte : O autor

Observa-se, que embora os reajustes não tenham sido aplicados de forma uniforme, ao longo do tempo os mesmos guardam uma similaridade. O índice acumulado na Universidade “A” é de 62,94 % nos cinco anos analisados, e na Universidade “B” este índice atingiu 61,91 %.

Neste período a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, calculado pela USP/FIPE, foi de 41,88 % , conforme demonstrado na figura 19 abaixo:

ANO	INDICE (IPC)	ACUMULADO
2001	7,13 %	7,13 %
2002	9,92 %	17,76 %
2003	8,17 %	27,38 %
2004	6,56 %	35,73 %
2005	4,53 %	41,88 %

Figura 19 : Índice de Preços ao Consumidor - IPC
 Fonte : USP/FIPE – adaptado pelo autor

4.5 OUTRAS INFORMAÇÕES

Apresenta-se a seguir outras informações solicitadas nas questões formuladas no questionário enviado as Universidades.

4.5.1 Mecanismos Alternativos para a Captação de Recursos

Na figura 20 abaixo, são apresentados os mecanismos para captação de recursos utilizados pelas Universidades:

MECANISMOS PARA CAPATAÇÃO DE RECURSOS	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
SIM (especificar)	Órgãos de fomento Parcerias com empresas	BNDES (investimentos)
NÃO	Não informado	Não informado

Figura 20 : Mecanismos Alternativos para a Captação de Recursos
 Fonte : O autor

Observa-se que as universidades, possuem poucos mecanismos para a captação de recursos e utilizam-se basicamente das fontes tradicionais de recursos.

4.5.2 Forma de Escolha dos Projetos de Expansão e Melhoria

A figura 21 abaixo, informa como se processa a escolha dos projetos de expansão e melhoria pelas Universidades:

FORMA DE ESCOLHA DOS PROJETOS DE EXPANSÃO E MELHORIA	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
Pelo conselho superior	SIM	SIM
Pelo principal dirigente	NÃO	NÃO
Através do modelo econômico-financeiro	SIM	SIM
Outras formas (especificar)	Não informado	Não informado

Figura 21 : Forma de Escolha dos Projetos de Expansão e Melhoria

Fonte : O autor

Observa-se que as Universidades utilizam os mesmos critérios para a escolha dos projetos de expansão, ou seja, através do conselho superior, observado o modelo econômico-financeiro das Universidades.

Os dados coletados evidenciam que a Universidade “A” possui menos alunos na graduação, oferece um número menor de cursos e apresenta uma concentração muito forte dos alunos nos cursos de graduação (91,49 %). Está voltada para o ensino, e apresenta um leque menor de fontes de financiamento, dependendo quase que exclusivamente das mensalidades pagas pelos alunos para a sustentabilidade de suas atividades.

Por sua vez, a Universidade “B” oferece um número maior de cursos, possui mais alunos e um maior número de fontes de financiamento, com destaque para as isenções, que atingem um percentual de 12,65 % das receitas totais da instituição, representando, portanto, uma importante fonte de recursos. Também, a exemplo da Universidade “A” está voltada para o ensino onde estão concentrados 90,29 % dos seus alunos.

5 CONCLUSÃO

Neste capítulo apresentam-se as considerações finais e recomendações da pesquisa realizada nas Universidades privadas de caráter confessional do estado do Rio Grande do Sul

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por conhecer e estudar as fontes de financiamento das Universidades confessionais do estado do Rio Grande do Sul foi o ponto inicial para definição do assunto e tema da presente pesquisa.

Como forma de alcançar o objetivo geral deste estudo foram elaborados quatro objetivos específicos, que serviram para nortear a pesquisa. Desta forma, serão feitas considerações, para cada um dos objetivos específicos traçados.

Especificamente em relação ao Objetivo nº 1 - Apresentar o quadro atual das IES, seu caráter e abrangência - as Universidades foram descritas no item 4.1, e foram elaborados os gráficos nº1 e 2 e as tabelas nº 1 e 2, como forma de mostrar o seu quadro atual e sua abrangência.

Com relação ao processo de planejamento orçamentário das instituições, pode-se constatar que as universidades pesquisadas utilizam instrumentos de planejamento para direcionar o orçamento, elaborando as principais peças orçamentárias, tais como o Balanço Patrimonial projetado, a DRE projetada e Orçamento de Caixa projetado.

O Planejamento estratégico foi apontado como o principal instrumento de que direciona o orçamento, e juntamente com o planejamento estratégico, uma das instituições utiliza-se dos planejamentos de investimentos, do planejamento de capacitação e do planejamento de novos cursos, ao passo que a outra universidade apóia-se no planejamento estratégico global projetado para o ano de 2010.

Neste aspecto, pode-se concluir que as Universidades adotam as práticas recomendadas pelos principais autores referenciados no capítulo 2, notadamente os ensinamentos de Welsch (1983), Sanvicente (1995), Gitman (2002), Lunkes (2003) e Sobanski (1994).

Percebe-se que, na elaboração das peças orçamentárias que as instituições utilizam o método participativo, ou seja, os superiores preparam o orçamento juntamente com os subordinados, os professores e os gestores de negócios específicos, demonstrando, desta forma, uma democratização na gestão das instituições.

No tocante as fontes de recursos financeiros utilizados pelas Instituições de Ensino Superior Privadas de caráter confessional do Rio Grande do Sul, para a sustentabilidade de suas atividades, foi possível identificar que as Universidades pesquisadas utilizam-se das fontes tradicionais de financiamento.

A principal e mais importante fonte é proveniente das mensalidades pagas pelos alunos, e percebe-se que há uma dependência cada vez maior destas receitas.

A propósito ressalte-se a necessidade de prestar atenção ao encarecimento do ensino superior, constatado no aumento das mensalidades em índices superiores aos índices de inflação, bem como no aumento crescente dos níveis de inadimplência.

Este aspecto, aliado aos crescentes índices de ociosidade das vagas oferecidas pelas IES particulares, conforme mostrado pelo Censo (2004), parece mostrar que a sociedade brasileira vai caminhando para um ensino superior cada vez mais elitizado, uma vez que, segundo Reinert (2004) o atual sistema educacional brasileiro acaba privilegiando os filhos das classes mais abastadas, que ao freqüentar no primeiro e segundo grau escolas particulares de qualidade superior as escolas públicas, acabam conquistando as vagas nos principais cursos das Universidades Públicas, gratuitas (pagas pela sociedade). Os filhos das classes menos favorecidas, ao concluir o segundo grau, ou param de estudar, porque precisam trabalhar, ou

prosseguem seus estudos nas IES privadas (pagas pelos alunos e não pela sociedade) aprofundando, desta forma as diferenças sociais.

Na Universidade “B”, nota-se uma utilização maior das isenções como fonte de recursos financeiros atingindo um percentual médio de 12,65 % nos anos pesquisados, bem como a manutenção de um Hospital Universitário caracteriza-se por representar uma importante fonte de recursos para a instituição.

Embora as Universidades informem julgar necessária a adoção de mecanismos alternativos para captação de recursos, a rigor, não foi possível identificar nenhuma fonte alternativa de recursos que mereça destaque, uma vez que e os percentuais classificados como outras fontes são inferiores a 4 %.

Comparando-se as práticas de financiamento utilizadas, pode-se concluir que, basicamente as Universidades utilizam as mesmas práticas, restringindo-se as fontes tradicionais de financiamento.

A principal diferença observada é a manutenção de um Complexo Hospitalar pela Universidade “B”, que ao incorporar suas receitas no balanço da instituição acaba contando com uma fonte de recursos que a Universidade “A” não conta.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados identificados por este estudo, é possível fazer algumas recomendações com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e aprofundamento do tema pesquisado.

Em relação às fontes alternativas de financiamento foi possível constatar, que apesar de haver uma preocupação na busca de recursos alternativos, estas fontes, nas as Instituições pesquisadas, possuem pouca representatividade.

Este aspecto poderia servir de base para estudos futuros, que investigassem os meios de acesso e as alternativas de financiamento como forma de minimizar a dependência das mensalidades dos alunos.

Com relação à manutenção de um Complexo Hospitalar, por parte da Universidade “B”, esta prática num primeiro momento parece apontar para uma dependência menor das mensalidades. No entanto este aspecto particular necessita ser melhor investigado para verificar até que ponto as receitas provenientes dos serviços de saúde servem para dar sustentabilidade a instituição ou são apenas suficientes para a manutenção dos respectivos serviços.

As parcerias com o segmento empresarial, apontadas como caminho a ser seguido, no presente trabalho não foi possível visualizar o seu resultado prático. Neste sentido cabe uma melhor reflexão do assunto, não só por parte das IES, mas principalmente pelos governos e pela sociedade, para que esta parceria se torne eficaz e se traduza, não apenas em retorno financeiro, que permita melhorar as instalações, comprar novos equipamentos e manter seus laboratórios, mas, sobretudo, pelo retorno no aprendizado resultante do envolvimento do professor e dos alunos com a sociedade em geral.

Ao concluir o presente trabalho, fica para o pesquisador a impressão de que a questão do financiamento continuará sendo um problema de difícil solução. Que existem outras questões a serem revistas na educação superior não há dúvidas. Entretanto, financiamento é vital, e as instituições de ensino superior, independentemente de sua categoria, precisam de investimentos públicos e privados para a sua permanência no mercado.

Investir em educação, portanto, é apostar num futuro mais promissor para os milhares de jovens brasileiros egressos do ensino básico e para toda a Sociedade que se beneficiará dos conhecimentos científicos e tecnológicos, criados e sistematizados na universidade.

Finalmente, fica a convicção que, além tem a certeza de haver estudado apenas uma pequena parte dos saberes referentes às fontes de financiamento das Universidades privadas, esta pesquisa permitiu ao autor descobrir a Universidade com uma das mais importantes instituições criadas pelo homem.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. J., **Fatores de desequilíbrio financeiro nas instituições de Ensino Superior: Uma análise das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em administração), Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis, 1999.
- AMARAL, N. C., **Financiamento da educação superior: estado x mercado,** Editora Unimep, Piracicaba (SP), 2003.
- ATKINSON, A.A. et al. **Contabilidade gerencial,** São Paulo, Atlas, 2000.
- BRASIL, **Censo da educação superior 2004** , Resumo Técnico , MEC/INEP, Brasília, 2005.
- _____, **Constituição, 1988,** Brasília, Senado Federal, 2000.
- BRUNEFORTH, M.; MOTIVANS, A. e ZHANG, Y., **Investing in the future:** Financing the expansion of educational opportunity in Latin America and the Caribbean, UNESCO, Institute for Statistics, Montreal, Canadá, 2004. Disponível em www.unesco.org. Acesso em 13.09.2004.
- CAMARGO, M.F. et al , **Gestão do terceiro setor no Brasil:** Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos, São Paulo, Futura, 2002.
- CASTRO, C. M., **A prática da pesquisa.** São Paulo, Mcgraw-Hill do Brasil, 1977.
- COSTA, A. M., MELO, P.A e CERICATO, D. **O empreendedorismo corporativo como estratégia de gestão em organizações contemporâneas.** Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XI International Conference on Industrial Engineering and Operations Management. Anais XXV ENEGEP Porto Alegre, ABEPRO (2005).
- DRUCKER, P.F. , **Administração de organizações sem fins lucrativos:** princípios e práticas. São Paulo, Pioneira, 1997.
- _____, **Terceiro setor:** Ferramenta de auto-avaliação para empresas, São Paulo, Futura, 2001.
- ERBANO, L. A. C., **O “fundraising” como instrumento de captação de recursos para instituições de ensino superior sem fins lucrativos no Brasil.** Tese de Doutorado – Pós-graduação em engenharia . Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- COLOSSI, N., **La Universidad em el contexto de las transformaciones globales:** In Revista: A Gestão Universitária em Ambiente de Mudanças na América do Sul, Blumenau, Nova Letra, 2002.
- GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa,** São Paulo, Atlas, 1996.
- GITMAN, L. J., **Princípios de administração financeira.** São Paulo, Harbra, 2002.
- GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa : tipos fundamentais** In Revista de Administração de Empresas, v.35 n.3. São Paulo, Mai/Jun. 1995.
- GOLDENBERG, M . **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- HOJI, M. , **Administração financeira:** uma abordagem prática. São Paulo, Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, S. et al , **Contabilidade introdutória,** São Paulo, Atlas, 1985.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEI NR. 9394, de 20.12.1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

LIMEIRA, A.L.F. et al, **Contabilidade para executivos**, 5.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

LOBO, R. L., **O Financiamento do ensino superior privado**. Disponível em www.loboeassociados.com.br. Acesso em 29.09.2004.

LÜCK, H. , **Gestão educacional: estratégia para a ação global e coletiva no ensino**. In: Educação: Caminhos e perspectivas, Curitiba, Champagnat, 1996.

LUNKES, R.J. **Manual de orçamento**, São Paulo, Atlas, 2003.

LUZ, R.J.P.da, MELO,P.A. e ANGELO, G.V. **Educação superior na América Latina: a convergência necessária**. Revista de Ciências da Administração v.7 n.13, Florianópolis, janeiro/julho, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria método e criatividade** . Petrópolis, Vozes, 1998.

MELO, P. A. **A Cooperação Universidade/Empresa nas universidades públicas brasileiras**, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

_____, **Conjecturas sobre a cooperação Universidade/Empresa em universidades Brasileiras**. Revista: A Gestão Universitária em Ambiente de Mudanças na América do Sul, Blumenau, Nova Letra, 2002.

MORAES, M. C. B., **Aspectos essenciais à consolidação de um modelo de gestão para Instituições de Ensino Superior de administração privadas, em ambientes competitivos: Um estudo qualitativo em Instituições do Rio e São Paulo**, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – **NBC T.3.2 – Do Balanço Patrimonial**, 1990.

_____, **NBC T.3.3 – Da Demonstração do Resultado**, 1990.

_____, **NBC T.3.4 – Da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados**, 1990.

_____, **NBC T.3.5 – Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**, 1990.

_____, **NBC T.3.6 – Da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos**, 1990.

NOVO, L.F. **A importância da Fundação Universidade de Rio Grande – FURG no desenvolvimento econômico e social**, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Administração. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

REINERT, J.N. **A Influência da universidade européia no modelo universitário brasileiro**. In: LANER, A. S. e CRUZ JUNIOR, J.B.(org.) Repensando as Organizações: Da Formação à participação. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004.

RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – **CFC 686/90**

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1989.

- ROCHA, L.O. **Organização e métodos: uma abordagem prática**, São Paulo, Atlas, 1985
- ROSSATO, R., **Universidade: nove séculos de história**, Ediupf, Passo Fundo, 1998.
- SABBAG, Z., **Captação de recursos**, Revista Ensino Superior, Setembro, 2002.
- SANVICENTE, A. Z. **Administração financeira**. São Paulo, Atlas, 1995.
- SAURIN, V. **Administração Financeira das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina**, Anais IV Colóquio Internacional de Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2004.
- SCHWARTMANN, J., **Financiamento do ensino superior particular**, Revista Estudos nr. 27, ABMES, Brasília, 2004. Disponível em www.abmes.org.br. Acesso em 13.09.04.
- SILVEIRA, L.A., **Relação Universidade-Empresa: Fatores propulsores e restritivos no processo de transferência de tecnologia nas empresas catarinenses- Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- SOBANSKI, J.J. **Prática de orçamento empresarial: um exercício programado**. São Paulo, Atlas, 1994.
- STANFORD UNIVERSITY, **Annual report 2004**. Disponível em www.stanford.edu. Acesso em 03.04.2006
- TACHIZAWA, T., **Organizações não governamentais e terceiro setor: Criação de ONGs e estratégias de atuação**. São Paulo, Atlas, 2002.
- TACHIZAWA, T., CRUZ JUNIOR, J.B. e ROCHA, J.A.O., **Gestão de negócios: visões e dimensões empresariais da organização**. São Paulo, Atlas, 2003.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1994.
- VAHL, T. R., **O Financiamento do Ensino Superior no Brasil**, Trabalho apresentado para o concurso de professor titular do Departamento de Ciências da Administração – área de conhecimento: Administração do ensino Superior – do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, Outubro de 1980.
- **Alternativas de financiamento para o ensino superior**. (Série Textos 93.05) Florianópolis: NUPEAU, 1992.
- YALE UNIVERSITY, **Financial report, 2004-2005**. Disponível em www.yale.edu. Acesso em 01.04.2006.
- YUNUS, M. **O Banqueiro dos pobres**, São Paulo, Sumus, 2000.
- WELSCH, G.A. , **Orçamento Empresarial**, São Paulo, Atlas, 1983.
- ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**. 7. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.
- ZILIO, A.C.S. **Financiamento em Instituições de Ensino Superior Públicas Municipais e Comunitárias de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Administração. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

APÊNDICE 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS SOBRE FORMAS DE FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES CONFESSIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

QUESTIONÁRIO

I – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Informações relativas ao ano de 2005)

a) Nome:.....

b) Abrangência geográfica:.....

c) Nr. de cursos :

- Graduação :.....
- Pós-graduação (especialização, aperfeiçoamento):.....
- Mestrado:
- Doutorado:.....
- Outros (especificar):.....

d) Nr. de alunos :.....

Graduação:.....

Pós-graduação:

- Especialização:
- Mestrado: ..
- Doutorado:

e) Nr. De professores:

- com graduação:
- com pós-graduação:
- mestrandos:.....
- com mestrado:
- doutorandos:.....
- com doutorado:.....
- Outra titulação : (especificar).....

f) Nr. De funcionários:

- com ensino fundamental
- com ensino médio
- com 1° grau:
- com 2° grau:
- com graduação:
- com pós-graduação:
- com mestrado:
- com doutorado:.....
- Outra titulação : (especificar).....

II – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

- a) Quais as demonstrações financeiras **elaboradas** pela instituição ?
- () Balanço Patrimonial
 () Demonstração do resultado do exercício
 () Demonstração de origens e aplicações dos recursos
 () Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 () Demonstração do fluxo de caixa
 () Outras (especificar) :.....
- b) Quais as demonstrações financeiras **publicadas** pela instituição ?
- () Balanço Patrimonial
 () Demonstração do resultado do exercício
 () Demonstração de origens e aplicações dos recursos
 () Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 () Demonstração do fluxo de caixa
 () Outras (especificar) :.....
- c) A instituição possui instrumento de planejamento a médio ou longo prazo (plano global, planejamento estratégico, outros planejamentos)?
- () Sim, (especificar) () Não
-
-
-
- d) A instituição elabora demonstrações projetadas (orçamentos) ?
- () Sim () Não
- Se “Sim”, quais ?
- () Balanço Patrimonial projetado
 () Demonstração de resultados do exercício projetada
 () Orçamento de caixa projetado
 () Outras demonstrações/orçamentos (especificar):
-
-
-
- e) Qual método prevalece na elaboração dos orçamentos ?
- () autoritário () participativo () consultivo
 () Outro (especificar) :.....
- f) Quais os orçamentos elaborados pela instituição
- () Orçamento de caixa
 () Orçamento de receitas e despesas
 () Orçamento por unidades internas
 () Orçamento por programas
 () Outros (especificar):.....

- g) O processo de elaboração do orçamento ocorre com a participação:
- Somente da chefia
 - Da chefia com os professores
 - Da chefia com os técnicos administrativos
 - Todos os segmentos participam do processo
 - Outras participações (especificar):.....
- h) Aprovado o orçamento para o exercício seguinte, qual a finalidade do mesmo?
- doutrinador dos gastos e investimentos
 - existe somente para cumprir os trâmites legais
 - fixação dos valores a serem praticados nas mensalidades
 - Não apresenta nenhuma finalidade
 - Outras finalidades (especificar):.....

III – FONTES DE FINANCIAMENTO

- a) Quais as fontes de recursos utilizadas para o ensino?
- Mensalidades
 - Doações
 - Subvenções Municipais
 - Subvenções Estaduais
 - Subvenções Federais
 - Isenções
 - Aplicações no Mercado Financeiro
 - Outras fontes (especificar):.....
- b) Quais as fontes de recursos utilizadas para o pesquisa?
- Mensalidades
 - Doações
 - Subvenções Municipais
 - Subvenções Estaduais
 - Subvenções Federais
 - Isenções
 - Aplicações no Mercado Financeiro
 - Não realiza pesquisa
 - Outras fontes (especificar):.....
- c) Quais as fontes de recursos utilizadas para projetos comunitários?
- Mensalidades
 - Doações
 - Subvenções Municipais
 - Subvenções Estaduais
 - Subvenções Federais
 - Isenções
 - Aplicações no Mercado Financeiro
 - Não realiza projetos comunitários
 - Outras fontes (especificar):.....

d) Qual a participação de cada fonte de recursos nos últimos cinco anos nas atividades gerais da Instituição (em percentual médio) ?

FONTE	2001	2002	2003	2004	2005
Mensalidades					
Doações					
Subvenções municipais					
Subvenções Estaduais					
Subvenções federais					
Isenções					
Aplicações no Mercado Financeiro					
Outras fontes					

e) Quais os programas de crédito educativo que a instituição participa?

- () FIES () PROUNI
 () Outros (especificar).....

f) Do universo total de alunos qual é o % atendido com crédito educativo?

- FIES %
 - PROUNI..... %
 -OUTROS..... %

g) Como tem se comportado o índice de inadimplência entre os universitários dessa instituição nos últimos cinco anos?

- em 2001 : %
 - em 2002: %
 - em 2003 : %
 - em 2004 : %
 - em 2005 : %

h) Qual foi o índice de reajuste aplicado às mensalidades por esta instituição nos últimos cinco anos?

- em 2001 : %
 - em 2002 : %
 - em 2003 : %
 - em 2004 : %
 - em 2005: %

IV – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Instituição possui mecanismos alternativos para a captação de recursos?

() Sim () Não

- Se “Sim”, Quais são?

.....
.....
.....

b) Como são escolhidos os projetos de expansão e melhoria?

() Pelo conselho superior

() Pelo principal dirigente

() Através do modelo econômico/financeiro

() Outras formas (especificar):.....

c) Comentários:

.....
.....
.....
.....
.....

APENDICE 2

CARTA AS UNIVERSIDADES



Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Campus Universitário – Trindade – Caixa Postal 476
Cep 88040-900 – Florianópolis – SC – Brasil
Fones: (048) 331-9365, 331-6649 – Fax (048) 331-9539

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA – INPEAU

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2006.

Ao: Reitor da xxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

De: Presidente do Inpeau
Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Assunto: Pesquisa de Mestrado

Magnífico Reitor,

O Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária – INPEAU, é uma unidade de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e tem por objetivo promover, gerar, disseminar e preservar o conhecimento científico e tecnológico na área de gestão universitária, propiciando o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior.

O INPEAU, que também é um órgão interativo com o Programa de Pós-Graduação em Administração – CPGA/UFSC, vem contribuindo com o desenvolvimento de uma série de dissertações referentes a Gestão de Universidades, cabendo ao aluno **Domingo Cericato**, sob a orientação do prof. Pedro Antônio de Melo, uma pesquisa sobre o Financiamento do Ensino Superior em instituições de caráter confessional situadas no estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, se faz necessário um estudo documental a respeito das demonstrações financeiras elaboradas por essas Instituições, a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado. A pesquisa visa identificar as principais estratégias de financiamento adotadas nessas instituições e contribuir para o aprimoramento do processo de gestão nesta área, face à realidade e desafios decorrentes do ambiente de mudanças contínuas em que atuam.

Esclarecemos que, por se tratar de uma pesquisa que utilizará dados econômicos/financeiros das instituições, que podem ser considerados estratégicos, e também com o propósito de evitar a exposição das Instituições à especulação pública, os dados interpretados não serão expostos com a nomenclatura das instituições, utilizando-se de códigos ou cognomes, procurando, desta forma, preservar o anonimato das instituições.

Com esse objetivo, vimos apresentar o referido aluno do curso de pós-graduação em administração e seu orientador, que é membro do INPEAU e do corpo docente do CPGA, e solicitar o apoio e a colaboração dessa Instituição, permitindo ao mesmo o acesso aos dados necessários, bem como a indicação de um membro do setor financeiro, que possa responder ao questionário, em anexo.

Na certeza de poder contar com vossa consideração e imprescindível apoio, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente do INPEAU/UFSC

Endereço para Contato:

INPEAU

Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

CEP – 88040-900

Telefones: 48 3331 6646, 33316649

DOMINGO CERICATO

Rua Quinze de Novembro, 763 – apto 1300

PASSO FUNDO (RS)

CEP.: 99010-090 - Telefones: 54 3312-1137 54 3317-2539 54 8123-1699

E-MAIL :dcericato@via-rs.net